

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA (DLE)
Nº 212/2025

O ESTADO DO AMAZONAS, através da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE-SES, torna público que fará realizar **DLE**, pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, na hipótese do art. 75, inciso ..., nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Estadual n.º 47.133, de 10 de março de 2023, e demais normas aplicáveis.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente **DLE** consiste em **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A FUNDAÇÃO HOSPITAL ADRIANO JORGE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO**.

2. LOCAL E DATA DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

2.1. Endereço eletrônico: A inserção das propostas deverá ser feita no Portal de Contratações Públicas do Estado do Amazonas – e-compras.am, até a data limite estipulada neste edital, no endereço eletrônico <https://www.e-compras.am.gov.br>.

2.2. Limite para recebimento das **PROPOSTAS** e dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**: dia **12/12/2025** às **23:59** horas.

2.3. Durante o prazo estabelecido no **subitem 2.2**, os participantes, poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação inseridos no sistema.

2.4. Encerrado o prazo para envio de propostas e documentos de habilitação, o condutor da DLE verificará se a documentação está em conformidade com os critérios estabelecidos em Edital, bem como se o preço ofertado está dentro do valor estimado pela Administração.

2.5. Caso a melhor proposta esteja com o preço ofertado superior ao valor estimado ou a Administração entenda necessário, será dado início à fase de negociação no Sistema e-compras.AM.

2.6. Início da sessão: dia **15/12/2025** às **10:00** horas.

2.7. Será sempre considerado o horário de Manaus (AM) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

2.8. O envio da documentação deverá obedecer aos critérios estipulados no “**MANUAL DO SISTEMA E-COMPRAS PARA ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA**”, a ser acessado pelo fornecedor em pasta específica por meio do link: https://www.e-compras.am.gov.br/publico/fornecedores_orientacoesgerais.asp.

2.9. A proponente assinalará em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

2.9.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação e os documentos e declarações são fiéis e verdadeiros, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, sendo responsável pelos documentos apresentados em qualquer fase da DLE;

2.9.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

2.9.3. Declaração de que dispõe de todos os elementos e informações necessárias à elaboração da proposta de preço com total conhecimento do objeto da DLE, das condições de habilitação e cumprimento das obrigações contidas no Edital e seus anexos;

2.9.4. Declaração de que os compromissos assumidos com a Administração Pública e/ou particular não comprometem a execução do objeto contratado;

2.9.5. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal e nem utilizará, sob qualquer pretexto, empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

2.9.6. Declaração de que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão executor ou com agente público do órgão contratante, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.9.7. Declaração de que suas propostas de preços compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

2.9.8. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



2.9.9. Declaração de que inexistem fatos impeditivos para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.9.10. Declaração que desenvolvo o programa de integridade, conforme orientações dos órgãos controle;

2.9.11. Declaro que invisto em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

2.9.12. Declaro que pratico mitigação nos termos da Lei n.º 12.187/2009;

2.9.13. Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no art.4º, I, §2º da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021 e art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, caso seja enquadrada como ME/EPP;

2.9.14. Declaração do licitante de que seu(s) (as) sócio(s) não possui (em) decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pelos crimes previstos nos artigos 29 e 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e no Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934, ficando a Certidão Negativa Criminal a ser apresentada em momento contratual; e

2.9.15. Declaração que desenvolvo ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.

2.10. Após o preenchimento da proposta de preço no Sistema e-compras.am e aceitar as condições de participação no procedimento, o proponente, fica ciente que a apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA DLE

3.1. Poderão participar desta DLE, por intermédio do Sistema e-compras.am, os proponentes ou seus representantes legais que estejam pré-cadastrados (cadastro provisório) ou cadastrados no Cadastro Central de Fornecedores do Estado do Amazonas – CCF/AM e cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto deste certame.

3.2. Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta DLE ou da execução do contrato a eles necessários:

3.2.1. Empresa que possua, em sua diretoria, integrante participando em mais de uma proposta;

3.2.2. Empresa estrangeira que não estejam autorizadas a funcionar no País, nem interessado que se encontre sob falência (conforme Lei nº 11.101/05), concurso de credores, dissolução, liquidação, qualquer que seja sua forma de constituição, nem aquela que tenha sido declarada inidônea ou esteja impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública;



3.2.3. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º e §2º e 14 da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais disposições legais referentes;

3.2.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na DLE ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.5. Pessoa física ou jurídica, isoladamente ou na forma de consórcio que ostentem sanção que impeça a participação no certame ou na futura contratação, constantes no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação, observado o disposto no subitem **9.16.3.** do Edital;

3.2.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio; e

3.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

4. DO CADASTRAMENTO

4.1. O cadastramento é o nível básico do registro cadastral no Cadastro Central de Fornecedores-CCF/AM, que permite a participação dos interessados nesta DLE, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastramento é a condição obrigatória para formulação de lances e prática de todos os atos nesta DLE, que se dará pela atribuição de chave de identificação e senha de uso exclusivo e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, obtida no endereço eletrônico <https://www.e-compras.am.gov.br>, por meio de certificado digital.

4.3. Os proponentes já cadastrados no Cadastro Central de Fornecedores-CCF/AM utilizarão chave e senha de acesso obtidas ao final do processo de cadastramento.

4.3.1. Os proponentes que se enquadrem na categoria de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e que queiram usufruir do benefício legal, deverão providenciar a sua regularização junto ao Cadastro Central de Fornecedores – CCF/AM, até 2 (dois) dias úteis antes da realização do certame, o envio da documentação será realizado por meio digital, através do protocolo virtual (Manual Disponível no Site www.csc.am.gov.br).

4.3.2. A empresa não poderá usufruir do tratamento favorecido se o valor estimado da licitação for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme previsto no art. 3º, §4º da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 4º, §1º, I e §2º da Lei nº 14.133/2021.

4.4. Para os proponentes não cadastrados, a chave e senha de acesso serão obtidas mediante cadastro provisório no Portal e-compras.am, no endereço eletrônico <https://www.e-compras.am.gov.br>, através da opção CADASTRO PROVISÓRIO, devendo declarar no campo “Razão do Pedido” que deseja obter chave e senha de acesso, sob pena de não ser atribuída a chave e senha de acesso antes do final do processo de cadastramento.

4.4.1. Depois de efetuado o pré-cadastro, o proponente deve encaminhar para o Cadastro Central de Fornecedores-CCF/AM, em até 2 (dois) dias úteis antes da realização do procedimento, através do endereço eletrônico cadastro@csc.am.gov.br, a documentação exigida no art. 12 da Instrução Normativa nº 01, de 05 de abril de 2023.

4.4.2. Os modelos de requerimento e declaração a serem apresentados encontram-se disponíveis no site www.csc.am.gov.br em "documentos para cadastro" e no Portal e-compras.am, no campo de fornecedores “Manuais e Orientações”.

4.4.3. Após a aprovação do cadastro provisório pelo CSC, o Sistema e-compras.am gerará chave de identificação e senha, as quais serão enviadas através do e-mail informado pelo interessado, **com validade de 15 (quinze) dias, improrrogáveis.**

4.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do proponente ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta DLE.

4.6. O proponente responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema, do órgão ou do Centro de Serviços Compartilhados por eventuais riscos/danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CCF/AM e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.7.1. A não observância ao disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação/inabilitação durante a DLE.

4.8. Informações complementares sobre credenciamento poderão ser obtidas no Centro de Serviços Compartilhados, pelo telefone: (92) 3214-5638 ou no endereço eletrônico cadastro@csc.am.gov.br.

4.9. Qualquer dúvida operacional quanto ao cadastro ou envio de certidões no Sistema e-compras.am, os proponentes deverão entrar em contato com a equipe do

suporte técnico, através do Telefone/WhatsApp (92) 2129-2550 ou pelo e-mail: gcel@csc.am.gov.br de segunda a sexta de 8h às 14h (horário local).

5. DA PROPOSTA

5.1. As propostas comerciais deverão ser cadastradas e inseridas no Sistema e-compras.am, através do site: <https://www.e-compras.am.gov.br>, obedecendo a data e horários estabelecidos no **item 2 deste Edital**.

5.2. A proposta deverá ser inscrita com preços em moeda nacional (Real), expressos em algarismos, com duas casas decimais depois da vírgula;

5.3. O proponente deverá observar ao preencher a proposta de preços que o campo “**Valor Unit**” corresponde ao **Valor Unitário** e o campo “**Valor Total**” resulta da multiplicação do valor unitário com a quantidade do fornecimento.

5.4. Após o preenchimento da proposta de preço no Sistema e-compras.am e aceitar as condições de participação da DLE, o proponente, fica ciente que a apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

5.5. A proposta será apresentada com cotação de preços em moeda nacional (Real), expressos em algarismos, com duas casas decimais depois da vírgula, válidos para a data de apresentação e pelo prazo de vigência da proposta.

5.6. A proposta de preços deverá conter o quantitativo de unidades estabelecido no respectivo Termo de Referência, os valores unitários e/ou mensais e o valor global em algarismo e por extenso.

5.6.1. Havendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros, estando autorizado o condutor da DLE a proceder aos cálculos aritméticos para obtenção do valor total, cujo resultado não poderá ser diferente (a maior) do preço já registrado no Sistema e-compras.am., sob pena de desclassificação;

5.6.2. No caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

5.7. A proposta será firme, precisa e legível, sem alternativas de preços, sendo vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso ou subjetivo que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os proponentes ou induzir o julgamento a ter mais de um resultado.

5.8. Na elaboração de suas propostas, os proponentes deverão levar em consideração:



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

- a) todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado da DLE.
- b) os preços dos insumos, salários de mercado e encargos incidentes, se houver.
- c) todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos;
- d) o prazo mínimo da validade da proposta será de 90 (noventa) dias, exceto para o proponente que propuser prazo de validade superior ao previsto neste Edital, o que não poderá ser recusado pelas demais empresas participantes;
- e) o prazo e o local de execução dos serviços serão aqueles dispostos no Projeto Básico.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS REFORMULADA

6.1. A proposta de preços com a devida recomposição dos custos unitários decorrentes da diminuição dos valores na fase de lances deverá ser reformulada e apresentada no prazo de até uma hora, junto ao sistema e-compras.am.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Para habilitar-se na presente DLE, as empresas devem apresentar os seguintes documentos:

- a) as **PRÉ-CADASTRADAS** no cadastro provisório, os documentos previstos nos itens **7.1.1 (habilitação jurídica)**, **7.1.2 (regularidade fiscal, social e trabalhista)**, **7.1.3 (habilitação econômico-financeira)**, e **7.1.4. (habilitação técnica)**, no prazo estabelecido no **item 2.2 do Edital**. E caso seja declarada vencedora da DLE, a documentação de habilitação apresentada será utilizada para conclusão do cadastramento.
- b) as **CADASTRADAS**, terão sua habilitação verificada pelo condutor da DLE por meio dos documentos constantes do CCF/AM, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, social e trabalhista, devendo apresentar, os documentos previstos nos **itens 7.1.3 (habilitação econômico-financeira)**, **7.1.4 (habilitação técnica)** e **7.1.5.2. (Certificado de Registro Cadastral)**, no prazo estabelecido no **item 2.2 do Edital**.

7.1.1. Habilitação Jurídica:

7.1.1.1. registro comercial em se tratando de empresário;

7.1.1.2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, para as sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;

7.1.1.3. inscrição do ato constitutivo, devidamente registrado no cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício, para as sociedades simples e demais entidades;

7.1.1.4. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.1.1.5. A documentação exigida nesta Seção, limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa. Os documentos indicados nos **itens 7.1.1.1. a 7.1.1.3.** deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.1.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

7.1.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso e Inscrição Estadual;

7.1.2.2. prova de regularidade para com a Fazenda Federal e o INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por ela administrados, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991, conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB n. 1.751 de 02 de outubro de 2014, admitindo-se que seja emitida via INTERNET, em validade;

7.1.2.3. prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, admitindo-se a apresentação de certidão emitida via INTERNET, em validade;

7.1.2.4. prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, em validade;

7.1.2.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011).

7.1.2.6. A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *online* ao cadastro emissor respectivo.

7.1.2.7. Os documentos referidos nos itens **7.1.2.1, 7.1.2.2, 7.1.2.3, 7.1.2.4, 7.1.2.5** poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do proponente, inclusive por meio eletrônico.

7.1.2.8. Em sendo o proponente detentor do menor preço qualificado como Microempresa(s) e/ou Empresa(s) de Pequeno Porte deverá apresentar a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade social e se houver alguma restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista, será obrigatória a sua regularização e apresentação das referidas certidões para a assinatura contratual, conforme previsto no Art. 4º do Decreto Federal n. 8.538/2015.

7.1.2.8.1. A não-regularização da documentação implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Decreto Estadual n.º 47.133, de 10 de março de 2023, facultada à Administração a convocação dos proponentes remanescentes, na ordem de classificação, ou a revogação da DLE, quando atendidos os requisitos legais.

7.1.3. Habilitação Econômico – Financeira:

7.1.3.1. Cópia do Balanço Patrimonial – BP e da Demonstração de Resultado do Exercício – DRE **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, observada a exceção prevista do §6 do art. 69 da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021**, bem como, dos Índices ou Indicadores Financeiros: Índice de Liquidez Geral – ILG (item 7.1.3.1.2) ou Índice de Solvência Geral – ISG (item 7.1.3.1.3), conforme o caso, já exigíveis e apresentados na forma de Escrituração Contábil Digital (ECD) junto ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), nos termos da Instrução Normativa nº 2.003/2021-RFB, suas exceções e alterações (assinados pelos contabilistas e pelo titular ou representante legal da entidade).

7.1.3.1.1. O Microempreendedor Individual (MEI) deverá apresentar Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício - DRE juntamente com os índices Financeiros, devidamente assinados pelo representante legal da MEI e pelo contabilista.

7.1.3.1.2. A empresa que se enquadre em alguma das exceções previstas na Instrução Normativa nº 2.003/2021-RFB e suas alterações, deverá apresentar, obrigatoriamente, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE juntamente com a comprovação de arquivamento na Entidade/Órgão Competente da sede ou domicílio da licitante. As demonstrações referidas deverão ser assinadas pelo representante legal da empresa e por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

7.1.3.1.3. Somente serão habilitadas as empresas que apresentarem índice de liquidez geral maior ou igual a 1,00 (um), conforme fórmula abaixo e comprovarem possuir capital mínimo ou valor de patrimônio líquido igual ou superior a **10% do valor da proposta apresentada pelo proponente**, devendo essa comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta na forma da Lei.

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE}} = \text{OU } >1$$

7.1.3.1.4. No caso de empresa constituída no exercício financeiro da DLE, a exigência do **item 7.1.3.1.** será atendida mediante apresentação do Balanço de Abertura e solvência geral maior ou igual a 1,00 (um), conforme fórmula abaixo e comprovar possuir capital mínimo ou valor de patrimônio líquido igual ou superior a **10% do valor da proposta apresentada pela licitante**, devendo essa comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta na forma da Lei.

ATIVO TOTAL

$$\text{SG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE}} = \text{OU } >1$$

7.1.3.1.5. As demonstrações contábeis e os índices econômicos financeiros deverão ser assinados pelo representante legal da empresa e por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

7.1.3.2. As Sociedades Anônimas e demais sociedades empresariais, deverão apresentar, até o dia 30 de abril do ano subsequente ao encerramento do exercício social, balanço patrimonial e as demonstrações contábeis respectivas, conforme dispõe o art. 1.078 da Lei 10.406/2002, caso a empresa utilize o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), deverá apresentar até o último dia do mês de maio do ano subsequente ao encerramento exercício social.

7.1.3.3. Após análise das propostas e documentações, o condutor da DLE deverá realizar consulta a base de dados da Receita Federal, com o propósito de verificar a existência de Escrituração Contábil Digital – ECD. Caso positivo, deverá apresentá-lo, mesmo estando a empresa desobrigada da apresentação do SPED.

7.1.3.4. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, expedida até **90 (noventa) dias** antes da sessão eletrônica de abertura desta DLE.

7.1.3.4.1. Onde não houver Central de Certidões do Tribunal de Justiça, deverá ser apresentada Certidão emitida pela Secretaria do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede da empresa constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no **item 7.1.3.4 deste Edital.**

7.1.4. Habilitação Técnica:



7.1.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto, por meio de atestado de capacidade técnica em condições compatíveis em características, quantidades e prazos, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que ateste o bom e regular prestação do serviço similar ao objeto do Edital e seus anexos.

7.1.4.1.1. Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera(m)-se compatível(eis) o(s) documento(s) que expressamente certifique(m) que o proponente já executou pelo menos **10%** das quantidades e prazos descritos na proposta de preços apresentada nesta DLE.

7.1.4.1.2. O proponente poderá apresentar quantos documentos julgar necessários para comprovar que já executou objeto similar ao da DLE.

7.1.4.1.3. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) documento(s) deverá(ão) ser assinado(s) pelo titular da pasta ou pelo responsável do setor competente do órgão. Para pessoa jurídica de direito privado, o(s) documento(s) deverá(ão) ser assinado(s) pelo representante legal.

7.1.4.1.4. A ausência de apresentação de documento de aptidão claro, legível e idôneo, conforme com este Edital, tendo em vista as características do objeto, é motivo de inabilitação, mediante decisão motivada do condutor da DLE.

7.1.4.2. (O ÓRGÃO CONTRATANTE DEVERÁ INSERIR OUTRAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS CASO O OBJETO DEMANDE)

7.1.5. Disposições Gerais da Habilitação

7.1.5.1. Toda a documentação de habilitação e outras constantes no CCF/AM, bem como aquela encaminhada em conjunto com a apresentação da proposta, devem estar válidas na data do encaminhamento até a adjudicação do objeto da DLE, para análise deste órgão, salvo a excepcionalidade prevista às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

7.1.5.2. O Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pelo CSC, que deverá ser apresentado pelo proponente, substitui as seguintes documentações: habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, **exceto a habilitação econômico-financeira e técnica.** A aceitação do CRC enviado pelo proponente ficará sujeito à confirmação de sua validade pelo condutor da DLE, mediante consulta ao sistema.

7.1.5.3. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da empresa, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

7.1.5.3.1. se a empresa for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se a empresa for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto nos casos:



7.1.5.3.1.1. a documentação de aptidão técnica / responsabilidade técnica poderá ser apresentada em nome e com o CNPJ da matriz e/ou da filial da empresa proponente.

7.1.5.3.1.2. a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas da empresa poderá ser apresentada em nome e com o CNPJ da matriz e/ou da filial participante; e

7.1.5.3.1.3. as Certidões Fazendárias da empresa participante filial somente poderão ser apresentadas em nome e com o CNPJ da matriz.

7.1.5.4. Na hipótese do proponente não assinalar no sistema as declarações dispostas no **item 2.9**, deverá apresentá-las na fase de habilitação, sob pena de inabilitação.

7.1.5.4.1. A declaração disposta no **subitem 2.2.10**, somente deverá ser apresentada se o proponente for enquadrado como ME/EPP.

8. DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA

8.1. Aberta a etapa da sessão pública, os representantes dos proponentes deverão estar conectados ao sistema, para participação via *chat*, da sessão eletrônica, no sistema e-compras.AM

8.2. Iniciada a sessão, o condutor da DLE dará início à fase de negociação (se necessário) com o participante melhor classificado, para a obtenção de melhores condições de preço dentro do valor estimado pela Administração.

8.3. O novo preço, se ofertado, deve ser formulado em algarismos, com duas casas decimais depois da vírgula. Quando o valor unitário ou global do serviço (material) corresponder a número com mais de duas casas decimais após a vírgula, somente serão consideradas as duas primeiras, sendo desprezadas todas as demais.

8.4. O proponente somente poderá oferecer valor inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

8.5. Caso se trate de novo preço ofertado em negociação, e desde que aceito pelo condutor do procedimento, este solicitará do proponente o envio da proposta reformulada, no prazo de até uma hora, via Sistema e-Compras.

8.6. Caso não obtenha êxito na negociação ou a documentação de habilitação esteja irregular, o condutor da DLE convocará o proponente subsequente que estiver na ordem de classificação para a negociação (se necessário) e verificação das condições de habilitação.

8.7. É vedado aos proponentes a utilização de caracteres (letras, números, símbolos, palavras) e/ou outros elementos de grafia não usuais, que possibilitem a identificação da autoria do

novo valor registrado, a fim de afastar a formação de conluio ou qualquer outro expediente destinado a frustrar ou fraudar o caráter competitivo da DLE, sob pena de responsabilização administrativa e criminal, independente da existência de dano erário.

8.8. Havendo desconexão no decorrer da etapa de negociação, o sistema poderá permanecer acessível aos proponentes para o recebimento do novo valor, retomando o condutor do procedimento, quando possível, sua atuação, sem prejuízo dos atos realizados.

8.9. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da DLE será automaticamente suspensa e somente terá início no dia e horário previamente fixados e divulgados no sistema e-Compras.AM.

8.10. Encerrada a etapa de negociação, será aberta automaticamente fase para considerações finais pelo condutor da DLE.

9. DO JULGAMENTO

9.1. Para o julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **menor preço** observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital, cabendo ao condutor da DLE decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.

9.2. Havendo apenas uma oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda todas as condições do Edital e seu preço seja compatível com o valor estimado para a contratação e dentro da realidade do mercado.

9.3. A análise da proposta e documentação de habilitação tem por objetivo a classificação/desclassificação e/ou habilitação/inabilitação do proponente.

9.4. Para garantir a integridade das Propostas de Preços e da Documentação, recomenda-se que estas contenham índices (com a relação abreviada dos documentos apresentados, na ordem em que são solicitados neste edital) e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca do proponente.

9.5. Os documentos exigidos neste Edital e Projeto Básico, quando confeccionados pelas empresas participantes, somente serão aceitos e analisados se contiverem assinatura eletrônica.

9.5.1. Considera-se assinatura eletrônica, nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei 14.063/2020, os dados em formato eletrônico que se ligam ou estão logicamente associados a outros dados em formato eletrônico e que são utilizados pelo signatário para assinar, observados os níveis de assinaturas apropriados para os atos previstos na referida Lei.



9.5.1.1. A assinatura eletrônica por pessoa física ou jurídica, mediante certificado digital, será verificada por meio de **análise do Verificador de Conformidades do Governo Federal** (<https://validar.iti.gov.br/> - atualizado) com fins de confirmar as propriedades do documento assinado eletronicamente. As assinaturas digitais podem ser realizadas por qualquer assinador eletrônico.

9.5.1.2. Serão desclassificados e/ou inabilitados os proponentes que apresentarem proposta ou documentação que contiverem assinaturas reprográficas, entendidas como aquelas que são reproduzidas eletronicamente (copiadas e coladas) de outros documentos e/ou com assinatura de próprio punho e digitalizados”.

9.5.1.3. Recebida a Proposta de Preços e a Documentação, o condutor da DLE, obrigatoriamente, efetuará a verificação da veracidade dos documentos cuja emissão tenha sido realizada via internet, mediante conferência destes documentos nos respectivos sites emissores.

9.5.1.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.6. Durante a análise da proposta reformulada e dos documentos de habilitação, o condutor da DLE verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.6.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), do Portal da Transparência no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis> (em atendimento a determinação do Tribunal de Contas da União, constante nos Acórdãos nº 2296/2012 e 1.793/2011 – TCU/Plenário para dar concretude à Lei nº 12.846/13);

9.6.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.6.3. Constatada a existência de registro, deverão ser observadas o âmbito de aplicação da sanção administrativa, nos termos do Art. 156 da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, cabendo a exclusão da empresa do certame.

9.7. Caberá ao condutor da DLE verificar se o licitante assinalou no sistema, sob pena de inabilitação, as declarações dispostas no **item 2.9** do Edital, juntando-a na documentação apresentada.

9.8. Serão desclassificadas:



- a) as propostas que contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e seus Anexos;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e seus Anexos, desde que insanável; e
- f) as propostas de preços que apenas reproduzirem as especificações técnicas fornecidas pela Administração ou que apenas declarem que as especificações técnicas estão de acordo com o Edital.

9.8.1. Serão consideradas inexequíveis as propostas de preços cujo valor for inferior a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela administração. **(no caso de bens e serviços comuns)**

9.8.1.1. A inexequibilidade, na hipótese do item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.8.1.2. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

9.9. Serão considerados excessivos os preços que sejam superiores ao valor estimado pela Administração.

9.10. Não se admitirá proposta que apresente preços globais e/ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, nem valor unitário de item com preço superior ao estimado na Planilha da Administração, que sejam incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

9.10.1. Caso o(s) valor(es) unitário(s) de algum(uns) item(ns) fique(m) acima do estimado pela Administração, será iniciada fase de negociação com o proponente melhor classificado, somente para o(s) respectivo(s) item(ns), até que se atinja aquele valor.

9.10.2. Frustrada a negociação **do item 9.10.1**, o proponente será desclassificado.

9.10.3. Para atender os fins do **item 9.10.1**, não serão aceitos remanejamentos de valores nos demais itens.

9.11. É facultado ao condutor da DLE promover diligência, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos proponentes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da DLE; e/ou

b) sanear erros ou falhas que não alteram a substância das propostas de preços, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica; e/ou

c) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas e documentações, com exceção ao disposto no **subitem 7.1.2.8. deste Edital.** e/ou

d) Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo condutor da DLE, desde que não haja majoração do preço.

9.11.1. O não atendimento a diligência, implicará a desclassificação e/ou inabilitação do proponente.

9.12. Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada, poderá representar mais de uma empresa concorrente, sob pena de exclusão das empresas representadas.

9.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível a verificação de suas condições de habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública da DLE e o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

9.14. A indicação da empresa mais bem classificada, sua documentação e demais informações ao procedimento da DLE constarão no histórico do *chat* eletrônico e no Portal Público e-compras.am, e estará disponível para consulta no site: <https://www.e-compras.am.gov.br>, sem prejuízo das demais formas de publicidades previstas na legislação pertinente.

9.15. Cabe ao proponente adotar todas as medidas tecnológicas necessárias para o envio da proposta e documentação pelo sistema e-compras.am, eventuais dúvidas tecnológicas poderão ser sanadas através do Telefone/WhatsApp: (92) 2129-2550 ou pelo e-mail: gcel@csc.am.gov.br de segunda a sexta de 8h às 14h (horário local).

10. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, ASSINATURA DO CONTRATO

10.1. Compete ao Ordenador de Despesas adjudicar o objeto ao proponente detentor da proposta mais vantajosa, ou, quando for o caso, determinar o fracasso ou deserção do procedimento da DLE.

10.2. Aplica-se ao contrato celebrado o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Estadual n.º 47.133, de 10 de março de 2023, com as respectivas alterações posteriores, no que couber.

10.3. Homologado o resultado, a adjudicatária deverá comparecer para assinar o contrato, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data da convocação para esse fim, sob pena de decair do direito de contratação, devendo manter as mesmas condições de habilitação exigidas na DLE, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

10.3.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

10.4. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas hipóteses do art. 95, I e II da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 que poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou instrumento equivalente, e a sua celebração será formalizada pelo recebimento ou retirada pelo fornecedor.

10.5. A empresa vencedora que se enquadrar nos limites de valores estabelecidos na Lei n.º 4.730/2018 deverá possuir o Programa de Integridade de *Compliance* para contratar com a Administração Pública.

10.5.1. A empresa que possuir o Programa de Integridade implantado deverá apresentar, no momento da contratação, declaração, emitida por empresa legalmente habilitada, informando a sua existência, nos termos do art. 9º da citada Lei, e a apresentação do **checklist (anexo II)** devidamente preenchido.

10.5.2. Caso a empresa não possua o Programa, a implantação deverá ocorrer no prazo de **6 (seis) meses**, contados a partir da data de celebração do contrato, comprovando por meio declaração, emitida por empresa legalmente habilitada sob pena de multa e rescisão contratual, conforme a Lei.

10.6. É vedada, no âmbito do Estado do Amazonas, a contratação de pessoa jurídica que possua em seu quadro societário cônjuge, companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta até o segundo grau, de Secretário de Estado vinculado ao Poder Executivo do Estado do Amazonas, nos termos da Lei Estadual n.º 5.311, de 18 de novembro 2020.

10.7. É vedada, ao Secretário de Estado da pasta CONTRATANTE, a contratação de bens ou serviços, prestados por pessoa jurídica que possua em seu quadro societário cônjuge, companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta até o terceiro grau, nos termos da Lei Estadual n.º 5.311, de 18 novembro de 2020.

10.8. Obrigação de publicação do nome do proprietário ou de todos os sócios proprietários integrantes da pessoa jurídica contratada para fornecer serviços e produtos, ao Poder Executivo, bem como demais órgãos da Administração direta, independente da forma de contratação, nos termos da Lei Estadual n. 5.793 de 13 de janeiro de 2022.

10.9. Em atendimento à Lei n.º 5.185, de 25 de maio de 2020, a empresa vencedora da DLE deverá comprovar documentalmente o cumprimento da exigência de igualdade salarial entre homens e mulheres com o mesmo cargo, atribuições e tempo de serviço, e com graus de instrução iguais ou equivalentes, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do resultado da DLE e prorrogável, justificadamente, por igual período e uma única vez, por meio de, alternativamente:

10.9.1. documento assinado por contador responsável, contendo o nome de todos os funcionários e respectivos cargos, tempo de serviço, grau de instrução, raça declarada e remuneração;

10.9.2. relatório sobre ações afirmativas adotadas para garantir a igualdade de condições no ingresso e na ascensão profissional, e o combate às práticas discriminatórias, inclusive de raça, e à ocorrência de assédios moral e sexual na empresa, pelo menos nas áreas de:

- a) política de benefícios;
- b) recrutamento e seleção;
- c) capacitação e treinamento.

10.9.3. A empresa que não contar com mecanismos de garantia de equidade salarial no ato do chamamento para assinatura do contrato poderá apresentar, no mesmo prazo estabelecido no item **10.9**, plano para adoção das ações elencadas no **subitem 10.9.2**, ou outras que visem ao alcance do mesmo objetivo, com prazo para implantação de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias.

10.9.4. A empresa vencedora de processo licitatório que não aceitar as condições impostas pela referida Lei ficará impedida de assinar o respectivo termo de contrato, ficando a Administração Pública autorizada a convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a DLE, de acordo com o disposto pela lei federal que dispõe sobre licitações.

10.10. Aplica-se aos contratos o disposto no Capítulo I, Título III da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, com as respectivas alterações posteriores, no que couber.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O Proponente e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:

11.1.1. advertência, caso o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.1.2. multa, na forma prevista no Projeto Básico ou no contrato.

11.1.3. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave prevista no **subitem 11.1.4.** deste Edital, observadas as seguintes situações:

11.1.3.1. pelo prazo de até 6 (seis) meses quando o proponente/contratado deixar de entregar documentação/proposta ou amostra/ficha técnica ou deixar de realizar vistoria técnica para o certame;

11.1.3.2. pelo prazo de até 12 (doze) meses quando:

11.1.3.2.1. não mantiver a proposta para a DLE, quando encerrada a etapa competitiva, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.3.2.2. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da DLE sem motivo justificado;

11.1.3.3. Pelo prazo de 12 (doze) a 36 (trinta e seis) meses quando:

11.1.3.3.1. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3.3.2. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.3.3.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, ao proponente ou contratado que:

11.1.4.1. apresentar declaração ou documentação falsa ou com informações inverídicas destinada a prejudicar a veracidade de seu teor original exigida para a DLE ou a execução do contrato;

11.1.4.2. fraudar a DLE ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.4.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.4.3.1. considera-se comportamento inidôneo: a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento da DLE ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento de DLE, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, ou a indução deliberada a erro de julgamento.

11.1.4.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da DLE;

11.1.4.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.1.5. As sanções previstas nos subitens **11.1.1.**, **11.1.3** e **11.1.4.** poderão ser aplicadas cumulativamente ou não à penalidade do subitem **11.1.2.** deste Edital;

11.1.6. Quando a ação ou omissão do proponente ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

11.1.7. A aplicação das sanções administrativas previstas nos subitens **11.1.2.**, **11.1.3** e **11.1.4.** deste Edital, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se os procedimentos previstos no Decreto Estadual nº 47.133, de 10 de março de 2023 e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

11.1.7.1. As infrações administrativas cometidas no curso da DLE ou no âmbito contratual serão aplicadas pela Autoridade Competente do órgão CONTRATANTE, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes, que comunicará o Centro de Serviço Compartilhado, em até 05 (cinco) dias, a ocorrência da publicação da penalidade, nos termos do Decreto Estadual nº 47.133, de 10 de março de 2023.

11.1.7.1.1. As notificações, inclusive de abertura, no curso do processo administrativo serão efetuadas por meio do endereço eletrônico registrado no CCF/AM ou pelo próprio sistema CCF/AM, sendo dever da empresa manter atualizado o seu cadastro, não podendo alegar o desconhecimento das comunicações como justificativa para se eximir das responsabilidades administrativas ou eventuais sanções aplicadas.

12. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

12.1. Será prestadora do serviço objeto desta DLE a empresa cuja proposta for classificada em primeiro lugar.

12.2. O Contratado deverá especificar na(s) nota(s) fiscal(is): preço unitário, inclusive os centavos, incluídas todas as taxas, impostos, frete, seguro e demais despesas, além dos componentes de cada produto.

12.3. O recebimento do serviço será realizado de acordo com o Decreto Estadual n.º 47.133, de 10 de março de 2023.

12.4. O prazo máximo para o início dos serviços é o estabelecido no Projeto Básico, contado a partir da data de expedição da Ordem de Serviço pela **CONTRATANTE** que, por sua vez, está condicionada à assinatura do Contrato.

12.5. Compete ao Órgão Executor do procedimento promover, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de sua assinatura, a publicação do contrato celebrado e seus aditamentos ou instrumento congêneres no Portal e-compras.am e no PNCP;

12.6. Compete ao Órgão Executor do procedimento promover, no prazo legal, a publicação do Extrato do Contrato e seus aditamentos no Diário Oficial do Estado do Amazonas.

12.7. Ao longo de toda a execução do contrato, o **CONTRATADO** deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar, egressos (as) do sistema prisional, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei n. 14.133/2021).

12.7.1. Sempre que solicitado pelo órgão Contratante, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item anterior, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

12.8. Os critérios de sustentabilidade ambiental são aqueles previstos no **item 14** do Termo de Referência.

12.9. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme **item 21** do Termo de Referência.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

13.1. As obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** são as estabelecidas no Projeto Básico e Minuta Contratual.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas com a contratação do objeto desta DLE correrão à conta dos seguintes recursos:

- a) Fonte: 1.500.100.0.0000.0000
- b) Elemento de Despesa: 3.3.90.39
- c) Projeto/Atividade: 10.302.3311.2164.0011
- d) Unidade Gestora: 017101 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado na forma da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Estadual n.º 46.558, de 04 de novembro de 2022 e suas alterações e Decreto Estadual n.º 47.133, de 10 de março de 2023 e conforme regras estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico, anexo a este Edital.

15.2. Nenhum pagamento isentará o Contratado das responsabilidades contratuais, nem implicará aprovação definitiva da entrega do objeto.

16. DOS PRAZOS

16.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no (órgão contratante), observado as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Decreto Estadual n.º 47.133, de 10 de março de 2023.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A Autoridade competente do Órgão Contratante designará o servidor que conduzirá o procedimento da DLE.

17.2. O edital de DLE deverá ser divulgado e mantido a disposição do público no PNCP e Portal e-compras.am.

17.3. No endereço eletrônico Portal e-compras.am, o proponente obterá os avisos relativos a modificações, adiantamentos, marcações de novas datas e restabelecimentos dos prazos para a realização da DLE.

17.4. A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas e documentos de habilitação, poderá o Órgão Contratante, se necessário, modificar este edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas e documentação.

17.5. A homologação do resultado desta DLE não implicará direito à contratação.

17.6. Qualquer alusão à marca constante das especificações técnicas do objeto desta DLE, deverá ser considerada marca de referência, admitindo-se apresentação de similar.

17.7. As normas disciplinadoras da DLE serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.8. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado) ou a DLE for deserta, o Órgão Contratante poderá:

17.8.1. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso; e/ou

17.8.2. republicar o presente aviso com uma nova data; e/ou

17.8.3. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento de DLE, se houver, privilegiando-se os menores preços, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

17.8.3.1. No caso do **subitem 17.8.3**, a contratação poderá ser operacionalizada, por meio de RDL, devidamente justificada, nos moldes do art. 164, inc. V do Decreto Estadual n.º 47.133, de 10 de março de 2023.

17.9. Fazem parte deste Edital, os seguintes Anexos:

- Anexo I – Minuta de Contrato;
- Anexo II - Checklist - Programa de Integridade de *Compliance*; e
- Anexo III – Projeto Básico e seus anexos;

17.10. Este Edital e seus anexos poderão ser visualizados e obtidos no *site*: <https://pncp.gov.br/> e portal e-compras.am.

17.11. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Manaus, 11 de dezembro de 2025.

SILVIO ROMANO BENJAMIN JUNIOR
Secretário Executivo – SES/AM



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

www.csc.am.gov.br
Instagram: @csc_am
Facebook: CentroServicosCompartilhadosAM

csc@csc.am.gov.br
Fone:(92) 3214-5622 / 5640
Rua Belo Horizonte, 1420,
Adrianópolis
Manaus - AM
CEP: 69057-060

 **Centro de
Serviços
Compartilhados**



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

ANEXO II – CHECKLIST DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Item	Atendido?		
	Sim	Não	Não se aplica
1- O grau de comprometimento da alta direção da pessoa jurídica, incluídos os Conselhos, quando aplicado, está evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao Programa? [participação em reuniões e avaliações periódicas, elaboração de dispositivos de controle, etc.]			
2 – Os padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade apresentados pela entidade são de conhecimento dos funcionários [cópia de documento entregue na contratação, publicação na empresa, etc.]?			
3 - O nível de adesão dos padrões de conduta, código de ética e políticas de integridade estendidos, quando necessário, a terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados, está sendo monitorado?			
4 - A realização dos treinamentos periódicos sobre o Programa de Integridade está devidamente registrada?			
5 - Os mecanismos de acompanhamento da análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao Programa de Integridade estão disponíveis e tem um cronograma estabelecido?			
6 – Os controles internos que asseguram a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras estão atualizados e em conformidade com os padrões das demonstrações contábeis?			
7 - Os canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciante de boa-fé são efetivamente monitorados? [relatórios periódicos, reuniões de avaliação, documentação relativa a tomada de providências, etc.]			
8 – Existem medidas disciplinares em caso de violação do Programa de Integridade e sua efetividade [monitoramento das			



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

violações documentadas, relatórios de acompanhamento das medidas, registro e acompanhamento de medidas tomadas, etc.}]?			
9 – Os procedimentos internos quanto ao Programa de Integridade, asseguram a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados?			
10 – As diligências apropriadas para contratação e, conforme o caso, supervisão de terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados, são devidamente registradas e seu acompanhamento periódico é documentado?			

Atesto para os devidos fins que a Contratada atende aos requisitos relacionados no *Checklist* referente a implantação do Programa de Integridade.

Contrato nº: _____

Fiscal do Contrato: _____

Cargo: _____ CPF: _____

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 01.01.017101.051596/2025-90

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação para **locação de equipamentos médico-hospitalares** destinados ao funcionamento do Centro Cirúrgico da **Fundação Hospital Adriano Jorge – FHAJ**, conforme condições, especificações técnicas e quantitativos definidos neste Termo de Referência e seus anexos.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação tem por finalidade viabilizar a operação e a ampliação do Centro Cirúrgico da Fundação Hospital Adriano Jorge – FHAJ, unidade hospitalar de alta complexidade e referência regional em procedimentos cirúrgicos no Estado do Amazonas.

2.2. A demanda por cirurgias eletivas e de urgência, aliada à necessidade de atendimento ao credenciamento junto à Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas – SESC /AM, supera a capacidade do parque tecnológico atualmente instalado, sendo necessária a locação de equipamentos médico-hospitalares que atendam aos padrões técnicos e de segurança estabelecidos pelas normativas do Ministério da Saúde e da Anvisa (Portaria nº 529/2013 e RDC nº 36/2013).

2.3. O processo foi formalizado por meio do Memorando nº 050/2025-OPME/FHAJ e está devidamente previsto no Plano Anual de Contratações. O Estudo Técnico Preliminar e o Documento de Oficialização da Demanda demonstram que a contratação representa a alternativa mais vantajosa, considerando a urgência, economicidade e a impossibilidade de aquisição imediata definitiva dos equipamentos.

2.4. Ademais, a especificidade técnica de cada equipamento e a urgência no atendimento das demandas assistenciais justificam a adoção da contratação direta, por item, com base no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, considerando a viabilidade restrita de fornecimento em curto prazo e a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços essenciais de saúde.

2.5. A medida garante a **continuidade dos serviços assistenciais**, evita interrupções na assistência à população e assegura melhores condições de trabalho para as equipes cirúrgicas, alinhando-se às diretrizes de qualidade, segurança e eficiência no uso dos recursos públicos.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

3.1. A presente contratação será realizada por meio de Dispensa de Licitação Eletrônica (DLE), nos termos do art. 75, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021, operacionalizada mediante rito eletrônico com características procedimentais semelhantes ao pregão eletrônico, conforme disciplinado pelo Decreto Estadual nº 47.133/2023, com sessão pública, apresentação de propostas, fase competitiva e julgamento pelo critério de menor preço, em prazos reduzidos.

3.2. O critério de julgamento adotado é o de MENOR PREÇO POR ITEM.

3.3. O modo de disputa será ABERTO.

3.4. A urgência na disponibilização dos equipamentos requeridos decorre da ampliação da capacidade cirúrgica da instituição e da necessidade de atender à crescente demanda reprimida por procedimentos eletivos e de alta complexidade, especialmente no contexto do credenciamento junto à Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas – SES/AM.

3.5. A circunstância evidencia situação de risco à continuidade do serviço público essencial, o que justifica a adoção de medida excepcional, com fundamento nos princípios da continuidade do serviço público, da supremacia do interesse público e da eficiência administrativa.

3.6. Ademais, a contratação em questão encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações da SES/AM, em conformidade com o artigo 12 da Lei nº 14.133/2021, o que reforça o adequado planejamento da despesa pública. Ressalte-se que foram observadas as exigências constantes do artigo 72 da referida Lei, estando o processo instruído com os documentos indispensáveis à formalização da contratação direta, a saber: Documento de Oficialização da Demanda (DOD), Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência, estimativa de preços obtida mediante pesquisa de mercado, parecer jurídico e despacho de ratificação da autoridade competente.

4. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

4.1. A contratação encontra-se prevista no **Plano de Contratações Anual – PCA de 2025**, conforme registrado no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, nos termos do **art. 18, inciso III, da Lei nº 14.133/2021** e **Decreto 47.133, de 2023**, com as devidas atualizações, conforme demonstrado abaixo o qual demonstra que todos os IDs estão cadastrados:

ID	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. DE SERVIÇO MENSAL	QUANT. ANUAL
----	-----------	-------	--------------------------	--------------

Documento 9DD0.A743.05B8.6DC2 assinado por: SILVIO ROMANO BENJAMIM JUNIOR:233***** em 11/12/2025 às 14:55 utilizando assinatura por login/senha.

<http://www.saude.am.gov.br/>
[facebook.com/saudeam](https://www.facebook.com/saudeam)
[instagram.com/saudeam](https://www.instagram.com/saudeam)

Fone: (92) 3643-6388
Avenida André Araújo, 701 - Aleixo,
Manaus – AM
CEP: 69060-000

Secretaria de
Saúde



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://edoc.amazonas.am.gov.br/9DD0.A743.05B8.6DC2/EA03410>
Código verificador: **9DD0.A743.05B8.6DC2** CRC: **EA03410**

Documento 9DD0.A743.05B8.6DC2 assinado por: HELENO DE LION COSTA DA ROCHA QUINTO:010***** em 11/12/2025 às 14:05 utilizando assinatura por login/senha.
Documento 9DD0.A743.05B8.6DC2 assinado por: ULISSES BEZERRA DA SILVA:043***** em 11/12/2025 às 13:41 utilizando assinatura por login/senha.
Documento 9DD0.A743.05B8.6DC2 assinado por: EMILY CRISTINA NASCIMENTO PERRONE:037***** em 11/12/2025 às 13:40 utilizando assinatura por login/senha.



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

150974	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR, Contratação de empresa especializada em serviço de LOCAÇÃO DE BISTURI ELETRÔNICO MICROPROCESSADO, Potência Corte Puro: 400W; Acionamento e Ajuste da potência do corte ou da coagulação através da Caneta ou do Pedal; Funções mínimas de corte: Modos High e Low para Puro corte, BLEND 1, BLEND 2 e BLEND 3; Funções mínimas de coagulação: dessecação e spray (DESICCATE, FULGURATE, SPRAY) (todas com ajuste de 0,5 a 1 watt); Displays Digitais das potências independentes (corte, coagulação e bipolar); Memorização Digital; Possibilidade de programar os procedimentos cirúrgicos; Módulo de coagulação para procedimentos laparoscópicos; Reconhecimento automático do tipo de placa paciente (inteira ou bipartida); Monitoramento da impedância de contato placa-paciente; Compensação automática da potência com a variação da resistência elétrica do tecido; Sistema de segurança com alarme sonoro e visual, com bloqueio do funcionamento; Sistema de ventilação por convecção ou similar, com 2 saídas para caneta e pedal; Acompanhar no mínimo, 1 unidade de transporte, 2 pedais duplos com grau de segurança IPX7, 1 pedal simples com grau de segurança IPX7, 5 canetas descartáveis, 1 caneta com comando por pedal, com cabo fixo, 1 jogo de eletrodos com 5 unidades, 5 placas adesivas descartáveis, 1 cabo para placa descartável, 1 placa-paciente em aço inox(180 x 300mm; e 1 cabo para placa inox, conforme Termo de Referência.	Serviço mensal	4	48
150978	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR, Contratação de empresa especializada em serviço de LOCAÇÃO DE FOCO CIRÚRGICO, Tipo: de Teto, com duas cúpulas, lâmpadas de LED e controle eletrônico de intensidade; Fixação ao teto através de haste central única e devem possuir braços articulados independentes para cada cúpula, que permita os movimentos de torção, flexão e rotação em torno da haste central; Pelo menos uma das cúpulas deverá ser provida de sistema que permita que a mesma fique a altura de 1 metro a partir do piso (altura da mesa cirúrgica) com o foco perpendicular à mesma (iluminação de cavidades); Para sustentação das cúpulas não deve ser empregado sistema de contrapesos, mas sim, sistema de freio adequado que permita que a cúpula fique estável na posição em que foi colocada; Sistema de suspensão leve; Cada cúpula deverá ser dotada com sistema de iluminação por luz branca fria LED, o índice de reprodução de cores deve ser de 90 ou maior e temperatura de cor de 3000 a 5600K; A intensidade luminosa de cada cúpula deverá ser igual ou maior do que 160.000 Lux por cúpula, medidos a 1 (um) metro de distância. Cada cúpula deve possuir sistema eletrônico de controle da intensidade luminosa em LCD disposto no próprio braço da cúpula com a utilização de teclado tipo membrana de fácil higienização e via manopla existente no centro da cúpula; Grau de Proteção IP 42 ou superior. Proteção do sistema eletrônico com fusível, substituível; Manopla de focalização retirável sem a utilização de ferramentas e autoclavável, permitindo ajuste pelo cirurgião durante o procedimento e através de painel eletrônico; Diâmetro de campo focal de 200 mm ou maior, para cada uma das cúpulas; As cúpulas devem ser providas de sistema de dissipação de calor; Vida útil do sistema de iluminação LED de igual ou superior á 60.000 horas e instalação, com tensão 220V, conforme Termo de Referência.	Serviço mensal	1	12

Documento 9DD0.A743.05B8.6DC2 assinado por: SILVIO ROMANO BENJAMIM JUNIOR:233***** em 11/12/2025 às 14:55 utilizando assinatura por login/senha.

Documento 9DD0.A743.05B8.6DC2 assinado por: HELENO DE LION COSTA DA ROCHA QUINTO:010***** em 11/12/2025 às 14:05 utilizando assinatura por login/senha.
Documento 9DD0.A743.05B8.6DC2 assinado por: ULISSES BEZERRA DA SILVA:043***** em 11/12/2025 às 13:41 utilizando assinatura por login/senha.
Documento 9DD0.A743.05B8.6DC2 assinado por: EMILY CRISTINA NASCIMENTO PERRONE:037***** em 11/12/2025 às 13:40 utilizando assinatura por login/senha.

<http://www.saude.am.gov.br/>
[facebook.com/saudeam](https://www.facebook.com/saudeam)
[instagram.com/saudeam](https://www.instagram.com/saudeam)

Fone: (92) 3643-6388
Avenida André Araújo, 701 - Aleixo,
Manaus – AM
CEP: 69060-000

Secretaria de
Saúde



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://edoc.amazonas.am.gov.br/9DD0.A743.05B8.6DC2/EA03410>
Código verificador: **9DD0.A743.05B8.6DC2** CRC: **EA03410**



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

150980	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR, Contratação de empresa especializada em serviço de LOCAÇÃO DE MONITOR MULTIPARAMÉTRICO, Modelo: adulto, pediátrico e neonatal; Tipo: cabeceira, microprocessado, com parâmetros completos; Tela: LCD colorido, plana, 10 a 15 pol., touch screen ou com botão rotacional/teclado; Mínimo 6 a 8 curvas simultâneas + dados alfanuméricos; Parâmetros Monitorados: 10 a 12, sendo os básicos pré-configurados, módulos adicionais permitidos sendo os principais; Interface: Software em português, com possibilidade de atualização de software/hardware; Central de monitoração inclusa; Alarmes: Sonoros e visuais, programáveis para todos os parâmetros; Proteção contra descarga elétrica, cabo paciente com blindagem, indicação de energia (rede/bateria), sistema de autodiagnóstico, QRS com alerta audiovisual; Alimentação: 100/220V; Todos os cabos, sensores e conectores necessários para funcionamento inclusos; Demais especificações conforme Termo de Referência.	Serviço mensal	4	48
150981	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR, Contratação de empresa especializada em serviço de LOCAÇÃO DE MESA CIRÚRGICA, uso hospitalar, Tipo: universal motorizada, material em tampo universal, em PU injetado, radio transparente, montado sobre a estrutura de aço retificado, acabamento em aço inox; Movimentos da cabeceira com regulagem manual, dorso subir e descer, perneira subir e descer, posição trendelenburg reverso, lateral esquerda / direita e elevador acionados eletricamente através de controle remoto a cabo ou painel localizado na própria estrutura; Pedal para seleção e acionamento de movimentos do equipamento; Freio de segurança com bateria interna recarregável; Capacidade de 400kg; Acompanha: 01 arco de narcose; 01 par de apoio de ombro; 01 par de porta-braço; 01 par de apoio lateral, conforme Termo de Referência.	Serviço mensal	1	12
151128	LOCAÇÃO DE ARCO CIRÚRGICO, Contratação de empresa especializada em serviço de locação de arco cirúrgico, tipo MÓVEL MICRO PROCESSADO; Aplicação: procedimentos de cirurgia geral, ortopedia, vascular periférico, trauma, urologia e neurologia (coluna), arco com radiografia digital, fluoroscopia pulsada e dispõe de subtração digital de imagem; Movimento vertical motorizado igual ou maior a 40cm; Movimento orbital de no mínimo 115° ou superior; Rotação lateral mínima de 270°; Angulação total de 360° ou superior; Distância da fonte ao detector de imagem de 90cm e profundidade de no mínimo 61cm; Espaço livre de no mínimo 70cm; Detector plano digital de imagem de no mínimo 20x20cm, com 14 bits A/D e matriz mínima de 1000x1000; Monitores: 02 Monitores LED, de mínimo 19" e resolução de 1280x1024 pixels ou Monitor Único LED com 27" com resolução de 1920x1080; Trolley móvel independente ou em módulo único para suporte dos monitores e periféricos computacionais; Gerador de alta frequência com potência a partir de 2KW ou maior, tubo de raios X com anodo fixo e ponto focal duplo, sendo o menor desses, igual ou menor que 0,6mm e o maior igual ou menor a 1,0mm e colimador; Colimação sem emissões de radiação; Capacidade de aquecimento do anodo: mínimo de 79KHU (±5%); Fluoroscopia Pulsada: 40 a 110KV e corrente mínima de 4mA ou maior; Memória: com recurso de retenção da última imagem adquirida, capacidade de armazenamento mínimo para 15 mil imagens; Possui filtro de redução de ruído e rotação de imagens sem a necessidade de se emitir radiação durante a rotação; Equipamento possui Nobreak integrado e opção de conexão via Wi-fi para manutenção remota e envio de imagens para sistema de PACS; Acompanha: saída USB integrada	Serviço mensal	1	12

Documento assinado por: SILVIO ROMANO BENJAMIM JUNIOR:233***** em 11/12/2025 às 14:55 utilizando assinatura por login/senha.

Documento assinado por: HELENO DE LION COSTA DA ROCHA QUINTO:010***** em 11/12/2025 às 14:05 utilizando assinatura por login/senha.
Documento assinado por: ULISSES BEZERRA DA SILVA:043***** em 11/12/2025 às 13:41 utilizando assinatura por login/senha.
Documento assinado por: EMILY CRISTINA NASCIMENTO PERRONE:037***** em 11/12/2025 às 13:40 utilizando assinatura por login/senha.

<http://www.saude.am.gov.br/>
facebook.com/saudeam
instagram.com/saudeam

Fone: (92) 3643-6388
Avenida André Araújo, 701 - Aleixo,
Manaus – AM
CEP: 69060-000

Secretaria de
Saúde



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://edoc.amazonas.am.gov.br/9DD0.A743.05B8.6DC2/EA03410>
Código verificador: **9DD0.A743.05B8.6DC2** CRC: **EA03410**



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

	ao sistema, função estenose e/ou anotações e medições em imagens, licenças DICOM (Print, storage, worklist, MPPS ou mais), roadmap mira laser duplo de localização, grade com proteção em fibra de carbono, suporte para TV, conjunto com no mínimo 200 capas descartáveis com presilhas de fixação; Fonte de Alimentação: 220V.			
151130	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR, Contratação de empresa especializada em serviço LOCAÇÃO DE PERFURADOR, com aplicação em Ortopedia, tipo Perfurador ósseo canulado, com empunhadura anatômica, confeccionado em material leve e resistente, corpo do perfurador em alumínio anodizado que protege, e resiste às diversas temperaturas de esterilização e rolamentos em aço inoxidável, assim como todo sistema de transmissão; Acionamento progressivo realizado por gatilho no próprio perfurador com velocidade de trabalho de 0 a 1.000 rpm, deverá conter sistema de verso e reverso para o mandril, operando totalmente com tecnologia pneumática, com lubrificação automática, isento de óleo, mandril em aço inoxidável com sistema de encaixe rápido, com abertura até 6,5mm para suportar brocas rápidas por diversos comprimentos e chave em "T", mandril em aço inoxidável com sistema de engate rápido, com abertura até 9,6mm para fresagem acetabular e chave em "T", acessórios que acompanham o equipamento: 01 válvula reguladora com 2 manômetros (um mede a quantidade do nitrogênio de cilindro e um controla a saída de nitrogênio para o perfurador, isento de lubrificação a óleo); 01 mangueira de silicone com no mínimo 3m; 01 mandril com abertura até 6,5mm (velocidade); 01 mandril com abertura até 9,6mm (torque); 02 chaves do mandril; 01 maleta de acondicionamento e transporte; caixa para acondicionamento e esterilização do equipamento; 01 óleo spray para o motor de alta rotação; 04 brocas helicoidais comuns nos tamanhos de 1,0 a 5,0mm x 150mm, conforme Termo de Referência.	Serviço mensal	4	48

5. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO, VALIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO:

5.1. As propostas deverão ser apresentadas **por item**, contendo a **descrição completa e detalhada do objeto ofertado, valor unitário mensal e valor global para o período de 12 (doze) meses**, incluindo todos os encargos e custos incidentes, tais como: transporte, instalação, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, substituição de equipamentos em caso de falha, treinamento, entre outros necessários à plena execução contratual.

5.2. No valor total apresentado deverão estar inclusos todos os serviços que serão necessários para o cumprimento dos requisitos constantes no edital e para o seu perfeita execução.

5.3. Não serão aceitas propostas em que constem especificações inferiores em relação às mínimas indicadas neste Termo de Referência.

5.4. O prazo **para envio das propostas será de 01 (um) dia útil**, contado a partir da publicação do Aviso de Dispensa Eletrônica no sistema e-Compras/AM, considerando a natureza





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

emergencial da presente contratação, destinada à manutenção da regularidade dos atendimentos cirúrgicos na Fundação Hospital Adriano Jorge unidade de referência em média e alta complexidade no Estado, e diante do risco iminente de desassistência à população em virtude da ausência dos equipamentos descritos

5.5. A adoção deste prazo reduzido fundamenta-se no interesse público envolvido, na urgência da reposição dos equipamentos e na viabilidade da resposta imediata pelo mercado fornecedor, conforme autorizado pelo art. 75, §3º da Lei nº 14.133/2021 e pelo art. 64, §1º do Decreto Federal nº 11.462/2023.

5.6. O prazo mínimo da validade da proposta será de 90 (noventa) dias, exceto para o proponente que propuser prazo de validade superior ao previsto neste Edital, o que não poderá ser recusado pelas demais empresas participantes.

6. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. Prazo de entrega:

6.1.1. A contratada deverá realizar a entrega integral dos equipamentos objeto deste Termo de Referência no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias corridos**, contados da **assinatura do contrato** ou da **emissão da ordem de fornecimento**, o que ocorrer primeiro.

6.1.2. A instalação completa dos equipamentos entregues deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias corridos após o efetivo recebimento dos bens pela Administração, devendo a contratada garantir a sua perfeita operação e funcionamento.

6.1.3. Prazos para treinamento em até 05 (cinco) dias após concluída a instalação;

6.2. Do Local e Horário da entrega:

6.2.1. Os serviços e entrega deverão ser prestados no(s) seguinte(s) local(is): Fundação Hospital Adriano Jorge, Avenida Carvalho Leal, nº 1778, Cachoeirinha – Manaus-AM;

6.3. Da Flexibilidade do Local de Execução dos Serviços

6.3.1. Em caráter excepcional, e a exclusivo critério da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas – SES/AM, os serviços objeto deste Termo de Referência poderão ser executados em unidade de saúde diversa da inicialmente indicada, bem como em município distinto daquele previsto no planejamento inicial, desde que dentro dos limites territoriais do Estado do Amazonas.

6.3.2. A alteração do local de execução será formalizada por meio de comunicação oficial da SES/AM à empresa contratada, com a antecedência possível, com o objetivo de atender

Documento assinado por: SILVIO ROMANO BENJAMIM JUNIOR:233***** em 11/12/2025 às 14:55 utilizando assinatura por login/senha.

Documento assinado por: HELENO DE LION COSTA DA ROCHA QUINTO:010***** em 11/12/2025 às 14:05 utilizando assinatura por login/senha.
Documento assinado por: ULISSES BEZERRA DA SILVA:043***** em 11/12/2025 às 13:41 utilizando assinatura por login/senha.
Documento assinado por: EMILY CRISTINA NASCIMENTO PERRONE:037***** em 11/12/2025 às 13:40 utilizando assinatura por login/senha.

<http://www.saude.am.gov.br/>
facebook.com/saudeam
instagram.com/saudeam

Fone: (92) 3643-6388
Avenida André Araújo, 701 - Aleixo,
Manaus – AM
CEP: 69060-000

Secretaria de
Saúde



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://edoc.amazonas.am.gov.br/9DD0.A743.05B8.6DC2/EA03410>
Código verificador: **9DD0.A743.05B8.6DC2** CRC: **EA03410**



demandas emergenciais, garantir a continuidade dos serviços ou suprir necessidades específicas da rede pública de saúde.

6.3.3. A empresa contratada deverá acatar as readequações solicitadas, assegurando a manutenção da qualidade, da eficiência e da integralidade na prestação dos serviços contratados, em conformidade com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato administrativo correspondente.

7. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A execução dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá ocorrer de forma contínua, ininterrupta e padronizada:

ID	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. MENSAL	QUANT. ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
150974	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR. Contratação de empresa especializada em serviço de LOCAÇÃO DE BISTURI ELETRÔNICO MICROPROCESSADO, Potência Corte Puro: 400W; Acionamento e Ajuste da potência do corte ou da coagulação através da Caneta ou do Pedal; Funções mínimas de corte: Modos High e Low para Puro corte, BLEND 1, BLEND 2 e BLEND 3; Funções mínimas de coagulação: dessecção e spray (DESICCATE, FULGURATE, SPRAY) (todas com ajuste de 0,5 a 1 watt); Displays Digitais das potências independentes (corte, coagulação e bipolar); Memorização Digital; Possibilidade de programar os procedimentos cirúrgicos; Módulo de coagulação para procedimentos laparoscópicos; Reconhecimento automático do tipo de placa paciente (inteira ou bipartida); Monitoramento da impedância de contato placa-paciente; Compensação automática da potência com a variação da resistência elétrica do tecido; Sistema de segurança com alarme sonoro e visual, com bloqueio do funcionamento; Sistema de ventilação por convecção ou similar, com 2 saídas para caneta e pedal; Acompanhar no mínimo, 1 unidade de transporte, 2 pedais duplos com grau de segurança IPX7, 1 pedal simples com grau de segurança IPX7, 5 canetas descartáveis, 1 caneta com comando por pedal, com cabo fixo, 1 jogo de eletrodos com 5 unidades, 5 placas adesivas descartáveis, 1 cabo para placa descartável, 1 placa-paciente em aço inox(180 x 300mm; e 1 cabo para placa inox, conforme Termo de Referência.	Serviço mensal	4	48	R\$	R\$	R\$





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

150978	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR, Contratação de empresa especializada em serviço de LOCAÇÃO DE FOCO CIRÚRGICO, Tipo: de Teto, com duas cúpulas, lâmpadas de LED e controle eletrônico de intensidade; Fixação ao teto através de haste central única e devem possuir braços articulados independentes para cada cúpula, que permita os movimentos de torção, flexão e rotação em torno da haste central; Pelo menos uma das cúpulas deverá ser provida de sistema que permita que a mesma fique a altura de 1 metro a partir do piso (altura da mesa cirúrgica) com o foco perpendicular à mesma (iluminação de cavidades); Para sustentação das cúpulas não deve ser empregado sistema de contrapesos, mas sim, sistema de freio adequado que permita que a cúpula fique estável na posição em que foi colocada; Sistema de suspensão leve; Cada cúpula deverá ser dotada com sistema de iluminação por luz branca fria LED, o índice de reprodução de cores deve ser de 90 ou maior e temperatura de cor de 3000 a 5600K; A intensidade luminosa de cada cúpula deverá ser igual ou maior do que 160.000 Lux por cúpula, medidos a 1 (um) metro de distância. Cada cúpula deve possuir sistema eletrônico de controle da intensidade luminosa em LCD disposto no próprio braço da cúpula com a utilização de teclado tipo membrana de fácil higienização e via manopla existente no centro da cúpula; Grau de Proteção IP 42 ou superior. Proteção do sistema eletrônico com fusível, substituível; Manopla de focalização retirável sem a utilização de ferramentas e autoclavável, permitindo ajuste pelo cirurgião durante o procedimento e através de painel eletrônico; Diâmetro de campo focal de 200 mm ou maior, para cada uma das cúpulas; As cúpulas devem ser providas de sistema de dissipação de calor; Vida útil do sistema de iluminação LED de igual ou superior a 60.000 horas e instalação, com tensão 220V, conforme Termo de Referência.	Serviço mensal	1	12	R\$	R\$	R\$
150980	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR, Contratação de empresa especializada em serviço de LOCAÇÃO DE MONITOR MULTIPARAMÉTRICO, Modelo: adulto, pediátrico e neonatal; Tipo: cabeceira, microprocessado, com parâmetros completos; Tela: LCD colorido, plana, 10 a 15 pol., touch screen ou com botão rotacional/teclado; Mínimo 6 a 8 curvas simultâneas + dados alfanuméricos; Parâmetros Monitorados: 10 a 12, sendo os básicos pré-configurados, módulos adicionais permitidos sendo os principais; Interface: Software em português, com possibilidade de atualização de software/hardware; Central de monitoração inclusa; Alarmes: Sonoros e visuais, programáveis para todos os parâmetros; Proteção contra descarga elétrica, cabo paciente com blindagem, indicação de energia (rede/bateria), sistema de autodiagnóstico, QRS com alerta audiovisual; Alimentação: 100/220V; Todos os cabos, sensores e conectores necessários para funcionamento inclusos; Demais especificações conforme Termo de Referência.	Serviço mensal	4	48	R\$	R\$	R\$
150981	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR, Contratação de empresa especializada em serviço de LOCAÇÃO DE MESA CIRÚRGICA, uso hospitalar, Tipo: universal motorizada, material em tampo universal, em PU injetado, rádio transparente, montado sobre a estrutura de aço retificado, acabamento em aço inox; Movimentos da cabeceira com regulagem manual, dorso subir e descer, perneira subir e descer, posição trendelenburg reverso, lateral esquerda / direita e elevador acionados eletricamente através de controle remoto a cabo ou painel localizado na própria estrutura; Pedal para seleção e acionamento de movimentos do equipamento; Freio de segurança com bateria interna recarregável; Capacidade de 400kg; Acompanha: 01 arco de narcose; 01 par de apoio de ombro; 01 par de porta-braço; 01 par de apoio lateral, conforme Termo de Referência.	Serviço mensal	1	12	R\$	R\$	R\$

Documento 9DD0.A743.05B8.6DC2 assinado por: SILVIO ROMANO BENJAMIM JUNIOR:233***** em 11/12/2025 às 14:55 utilizando assinatura por login/senha.

Documento 9DD0.A743.05B8.6DC2 assinado por: HELENO DE LION COSTA DA ROCHA QUINTO:010***** em 11/12/2025 às 14:05 utilizando assinatura por login/senha.
Documento 9DD0.A743.05B8.6DC2 assinado por: ULISSES BEZERRA DA SILVA:043***** em 11/12/2025 às 13:41 utilizando assinatura por login/senha.
Documento 9DD0.A743.05B8.6DC2 assinado por: EMILY CRISTINA NASCIMENTO PERRONE:037***** em 11/12/2025 às 13:40 utilizando assinatura por login/senha.

<http://www.saude.am.gov.br/>
facebook.com/saudeam
instagram.com/saudeam

Fone: (92) 3643-6388
Avenida André Araújo, 701 - Aleixo,
Manaus – AM
CEP: 69060-000

Secretaria de
Saúde



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://edoc.amazonas.am.gov.br/9DD0.A743.05B8.6DC2/EA03410>
Código verificador: **9DD0.A743.05B8.6DC2** CRC: **EA03410**



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

151128	LOCAÇÃO DE ARCO CIRÚRGICO , Contratação de empresa especializada em serviço de locação de arco cirúrgico, tipo MÓVEL MICRO PROCESSADO; Aplicação: procedimentos de cirurgia geral, ortopedia, vascular periférico, trauma, urologia e neurologia (coluna), arco com radiografia digital, fluoroscopia pulsada e dispõe de subtração digital de imagem; Movimento vertical motorizado igual ou maior a 40cm; Movimento orbital de no mínimo 115° ou superior; Rotação lateral mínima de 270°; Angulação total de 360° ou superior; Distância da fonte ao detector de imagem de 90cm e profundidade de no mínimo 61cm; Espaço livre de no mínimo 70cm; Detector plano digital de imagem de no mínimo 20x20cm, com 14 bits A/D e matriz mínima de 1000x1000; Monitores: 02 Monitores LED, de mínimo 19" e resolução de 1280x1024 pixels ou Monitor Único LED com 27" com resolução de 1920x1080; Trolley móvel independente ou em módulo único para suporte dos monitores e periféricos computacionais; Gerador de alta frequência com potência a partir de 2KW ou maior, tubo de raios X com anodo fixo e ponto focal duplo, sendo o menor desses, igual ou menor que 0,6mm e o maior igual ou menor a 1,0mm e colimador; Colimação sem emissões de radiação; Capacidade de aquecimento do anodo: mínimo de 79KHU (±5%); Fluoroscopia Pulsada: 40 a 110KV e corrente mínima de 4mA ou maior; Memória: com recurso de retenção da última imagem adquirida, capacidade de armazenamento mínimo para 15 mil imagens; Possui filtro de redução de ruído e rotação de imagens sem a necessidade de se emitir radiação durante a rotação; Equipamento possui Nobreak integrado e opção de conexão via Wi-fi para manutenção remota e envio de imagens para sistema de PACS; Acompanha: saída USB integrada ao sistema, função estenose e/ou anotações e medições em imagens, licenças DICOM (Print, storage, worklist, MPPS ou mais), roadmap mira laser duplo de localização, grade com proteção em fibra de carbono, suporte para TV, conjunto com no mínimo 200 capas descartáveis com presilhas de fixação; Fonte de Alimentação: 220V.	Serviço mensal	1	12	R\$	R\$	R\$
151130	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR, Contratação de empresa especializada em serviço LOCAÇÃO DE PERFURADOR, com aplicação em Ortopedia, tipo Perfurador ósseo canulado, com empunhadura anatômica, confeccionado em material leve e resistente, corpo do perfurador em alumínio anodizado que protege, e resiste às diversas temperaturas de esterilização e rolamentos em aço inoxidável, assim como todo sistema de transmissão; Acionamento progressivo realizado por gatilho no próprio perfurador com velocidade de trabalho de 0 a 1.000 rpm, deverá conter sistema de verso e reverso para o mandril, operando totalmente com tecnologia pneumática, com lubrificação automática, isento de óleo, mandril em aço inoxidável com sistema de encaixe rápido, com abertura até 6,5mm para suportar brocas rápidas por diversos comprimentos e chave em "T", mandril em aço inoxidável com sistema de engate rápido, com abertura até 9,6mm para fresagem acetabular e chave em "T", acessórios que acompanham o equipamento: 01 válvula reguladora com 2 manômetros (um mede a quantidade do nitrogênio de cilindro e um controla a saída de nitrogênio para o perfurador, isento de lubrificação a óleo); 01 mangueira de silicone com no mínimo 3m; 01 mandril com abertura até 6,5mm (velocidade); 01 mandril com abertura até 9,6mm (torque); 02 chaves do mandril; 01 maleta de acondicionamento e transporte; caixa para acondicionamento e esterilização do equipamento; 01 óleo spray para o motor de alta rotação; 04 brocas helicoidais comuns nos tamanhos de 1,0 a 5,0mm x 150mm, conforme Termo de Referência.	Serviço mensal	4	48	R\$	R\$	R\$
TOTAL						R\$	R\$

7.2. Responsabilidades pelo transporte e seguros será da CONTRATADA;

7.3. Necessidade de instalação e/ou calibração no local é de responsabilidade da CONTRATADA.

Documento assinado por: SILVIO ROMANO BENJAMIM JUNIOR:233***** em 11/12/2025 às 14:55 utilizando assinatura por login/senha.

Documento assinado por: HELENO DE LION COSTA DA ROCHA QUINTO:010***** em 11/12/2025 às 14:05 utilizando assinatura por login/senha.
Documento assinado por: ULISSES BEZERRA DA SILVA:043***** em 11/12/2025 às 13:41 utilizando assinatura por login/senha.
Documento assinado por: EMILY CRISTINA NASCIMENTO PERRONE:037***** em 11/12/2025 às 13:40 utilizando assinatura por login/senha.

<http://www.saude.am.gov.br/>
facebook.com/saudeam
instagram.com/saudeam

Fone: (92) 3643-6388
Avenida André Araújo, 701 - Aleixo,
Manaus – AM
CEP: 69060-000

Secretaria de
Saúde



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://edoc.amazonas.am.gov.br/9DD0.A743.05B8.6DC2/EA03410>
Código verificador: **9DD0.A743.05B8.6DC2** CRC: **EA03410**



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

7.4. A CONTRATADA será responsável pela adequação da rede elétrica, caso necessário ao funcionamento dos equipamentos objeto da contratação;

7.5. Capacitação/Treinamento

7.6. Treinamento necessário para operadores e/ou equipe técnica é responsabilidade da CONTRATADA;

7.7. Duração, local, público-alvo, a ser definida conforme manual e normas técnicas do equipamento;

7.8. Assistência Técnica e Manutenção

7.9. A CONTRATADA obriga-se a identificar seus EQUIPAMENTOS com placas/etiquetas fixadas em local visível, devendo constar número do patrimônio, modelo, número de série de fábrica e a marca deles, dados estes que deverão constar nos Termos de Liberação dos Equipamentos.

7.10. O LOCADOR se incumbirá de prestar todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva, sem custos, de segunda às sextas-feiras, em horário comercial, que de comum acordo com o LOCATÁRIO, definirão data e período para as revisões.

7.11. A solicitação de chamado pelo técnico pelo LOCATÁRIO deverá ser através do endereço eletrônico das partes. Referido chamado somente será aberto após a resposta à solicitação do LOCATÁRIO, com número do chamado.

7.12. O LOCADOR se incumbirá de atender os chamados de urgência abertos pelo LOCATÁRIO 24 (vinte e quatro) horas por dia.

7.13. Caso o equipamento não esteja funcionando e necessite de manutenção superior à 48 (quarenta e oito) horas, o LOCADOR é obrigado a fornecer equipamento substituto similar ou equivalente, em plenas condições de uso;

7.14. O não fornecimento de equipamento substituto deverá ser descontado do valor da locação mensal;

7.15. Procedimentos de Recebimento e Aceitação.

7.16. Inspeção de recebimento. Técnica designada para recebimento do equipamento. A equipe deverá realizar uma inspeção visual do equipamento entregue pelo fornecedor, para assegurar que:

7.17. O equipamento corresponde àquele especificado no edital.



7.18. O equipamento está completo, com todos acessórios e documentação técnica especificados no edital.

7.19. O equipamento está compatível com os requisitos de pré-instalação aprovados pelo fornecedor.

7.20. Formalização do recebimento e instalação. A equipe técnica comunicará à unidade competente da instituição, o recebimento formal do equipamento, para a adoção das providências necessárias ao cumprimento das condições e prazos previstos no contrato firmado entre o fornecedor e a instituição;

7.21. Formalização da aceitação. A equipe técnica comunicará à unidade competente da instituição, o aceite final do equipamento, para adoção das providências necessárias ao cumprimento das condições e prazos previstos no contrato firmado entre o fornecedor e a instituição.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

8.1. Responsabilidades pelo transporte e seguros será da CONTRATADA;

8.2. Necessidade de instalação e/ou calibração no local é de responsabilidade da CONTRATADA.

8.3. A CONTRATADA será responsável pela adequação da rede elétrica, caso necessário ao funcionamento dos equipamentos objeto da contratação;

8.4. Capacitação/Treinamento

8.4.1. Treinamento necessário para operadores e/ou equipe técnica é responsabilidade da CONTRATADA;

8.4.2. Duração, local, público-alvo, a ser definida conforme manual e normas técnicas do equipamento;

8.5. Assistência Técnica e Manutenção

8.5.1. A CONTRATADA obriga-se a identificar seus EQUIPAMENTOS com placas/etiquetas fixadas em local visível, devendo constar número do patrimônio, modelo, número de série de fábrica e a marca deles, dados estes que deverão constar nos Termos de Liberação dos Equipamentos.

8.5.2. O LOCADOR se incumbirá de prestar todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva, sem custos, de segunda às sextas-feiras, em horário comercial, que de comum





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

acordo com o LOCATÁRIO, definirão data e período para as revisões.

8.5.3. A solicitação de chamado pelo técnico pelo LOCATÁRIO deverá ser através do endereço eletrônico das partes. Referido chamado somente será aberto após a resposta à solicitação do LOCATÁRIO, com número do chamado.

8.5.4. O LOCADOR se incumbirá de atender os chamados de urgência abertos pelo LOCATÁRIO 24 (vinte e quatro) horas por dia.

8.5.5. Caso o equipamento não esteja funcionando e necessite de manutenção superior à 48 (quarenta e oito) horas, o LOCADOR é obrigado a fornecer equipamento substituto similar ou equivalente, em plenas condições de uso;

8.5.6. O não fornecimento de equipamento substituto deverá ser descontado do valor da locação mensal;

8.6. Procedimentos de Recebimento e Aceitação.

8.6.1. Inspeção de recebimento. Técnica designada para recebimento do equipamento. A equipe deverá realizar uma inspeção visual do equipamento entregue pelo fornecedor, para assegurar que:

8.6.1.1. O equipamento corresponde àquele especificado no edital, completo, com todos acessórios e documentação técnica especificados no edital.

8.6.1.2. Não serão aceitos equipamento com partes e/ou seus acessórios danificados.

8.6.1.3. O equipamento está compatível com os requisitos de pré-instalação aprovados pelo fornecedor.

8.6.2. Formalização do recebimento e instalação. A equipe técnica comunicará à unidade competente da instituição, o recebimento formal do equipamento, para a adoção das providências necessárias ao cumprimento das condições e prazos previstos no contrato firmado entre o fornecedor e a instituição;

8.6.3. Formalização da aceitação. A equipe técnica comunicará à unidade competente da instituição, o aceite final do equipamento, para adoção das providências necessárias ao cumprimento das condições e prazos previstos no contrato firmado entre o fornecedor e a instituição.

9. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

9.1. Justificativa para exigência da qualificação técnica

<http://www.saude.am.gov.br/>
[facebook.com/saudeam](https://www.facebook.com/saudeam)
[instagram.com/saudeam](https://www.instagram.com/saudeam)

Fone: (92) 3643-6388
Avenida André Araújo, 701 - Aleixo,
Manaus – AM
CEP: 69060-000

Secretaria de
Saúde



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://edoc.amazonas.am.gov.br/9DD0.A743.05B8.6DC2/EA03410>
Código verificador: **9DD0.A743.05B8.6DC2** CRC: **EA03410**

9.1.1. A exigência de qualificação técnica facilita a avaliação e a seleção de propostas, garantindo que apenas fornecedores com a competência técnica necessária participem do processo licitatório. Isso proporciona maior transparência e eficácia na escolha do fornecedor adequado, contribuindo para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

9.1.2. Portanto, a inclusão da exigência de qualificação técnica no Termo de Referência está alinhada com os princípios estabelecidos pelo Decreto Estadual nº 47.133/2023 e é essencial para assegurar a contratação que atenda aos padrões de qualidade e eficiência necessários. Essa abordagem não só reforça a integridade do processo licitatório, como também promove a efetividade e a sustentabilidade dos serviços públicos.

9.2. Qualificação técnica

9.2.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto, por meio de atestado de capacidade técnica em condições compatíveis em características, quantidades e prazos, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que ateste o bom e regular fornecimento similar ao objeto do Edital e seus anexos.

9.2.2. Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera(m)-se compatível(eis) o(s) documento(s) que expressamente certifique(m) que o licitante já forneceu pelo menos 10% das quantidades e prazos descritos na proposta de preços apresentada nesta licitação.

9.2.3. O licitante poderá apresentar quantos documentos julgar necessários para comprovar que já executou objeto similar ao da licitação.

9.2.4. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) documento(s) deverá(ão) ser assinado(s) pelo titular da pasta ou pelo responsável do setor competente do órgão. Para pessoa jurídica de direito privado, o(s) documento(s) deverá(ão) ser assinado(s) pelo representante legal.

9.2.5. A ausência de apresentação de documento de aptidão claro, legível e idôneo, conforme com este Edital, tendo em vista as características do objeto, é motivo de inabilitação, mediante decisão motivada do Pregoeiro.

9.2.6. A LICITANTE deverá apresentar declaração informando que possuirá os profissionais necessários adequados para executar a demanda.

9.2.7. Registro ou Notificação ANVISA: Apresentar cópia do comprovante de Registro ou de Notificação junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, para CADA UM dos modelos de equipamentos ofertados nos Itens 01, 02, 03, 04, 05 e 06, conforme RDC 751/2022 e Lei 6.437/77.





9.2.8. Certificação do Inmetro, se aplicável.

9.2.9. Outras certificações nacionais ou internacionais exigidas.

9.2.10. Catálogos técnicos.

9.2.11. Declaração de conformidade.

9.2.12. Licenças e autorizações do fornecedor para CADA UM dos modelos de equipamentos ofertados nos Itens 01, 02, 03, 04, 05 e 06, conforme RDC 751/2022 e Lei 6.437/77.

10. DA VISITA TÉCNICA

10.1. Justifica-se a visita técnica prévia do local de execução dos serviços dada sua imprescindibilidade para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao fornecedor interessado o direito de sua realização;

10.2. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, é facultado ao licitante realizar visita técnica nas instalações dos locais de execução dos serviços constante no item 6.2.1, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante agendamento de Segunda à Sexta-feira, das 08 às 17 horas, por meio dos e-mails: geac@saude.am.gov.br.

10.3. O prazo para visita técnica iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o 2 (dois) dias úteis anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

10.4. Para a visita, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da visita;

10.5. O licitante que não realizar visita técnica não poderá alegar desconhecimento das condições do local para a realização do objeto da licitação, sendo responsabilizado pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação do local da prestação dos serviços.

10.6. O licitante deverá apresentar declaração, informando que a empresa, através de seu responsável técnico/representante legal, tem conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações decorrentes do objeto desta licitação.

10.7. Para agendamento de visita para entrega dos equipamentos, será no horário de 08:00 às 17:00hs na Fundação Hospital Adriano Jorge, localizado na Avenida Carvalho Leal, nº 1778, Cachoeirinha;





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1. entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

11.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.3. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.4. atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.1.5. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.1.6. responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.1.7. responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.1.8. comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

11.1.9. paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.1.10. manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Documento assinado por: SILVIO ROMANO BENJAMIM JUNIOR:233***** em 11/12/2025 às 14:55 utilizando assinatura por login/senha.

Documento assinado por: HELENO DE LION COSTA DA ROCHA QUINTO:010***** em 11/12/2025 às 14:05 utilizando assinatura por login/senha.
Documento assinado por: ULISSES BEZERRA DA SILVA:043***** em 11/12/2025 às 13:41 utilizando assinatura por login/senha.
Documento assinado por: EMILY CRISTINA NASCIMENTO PERRONE:037***** em 11/12/2025 às 13:40 utilizando assinatura por login/senha.

<http://www.saude.am.gov.br/>
[facebook.com/saudeam](https://www.facebook.com/saudeam)
[instagram.com/saudeam](https://www.instagram.com/saudeam)

Fone: (92) 3643-6388
Avenida André Araújo, 701 - Aleixo,
Manaus – AM
CEP: 69060-000

Secretaria de
Saúde



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://edoc.amazonas.am.gov.br/9DD0.A743.05B8.6DC2/EA03410>
Código verificador: **9DD0.A743.05B8.6DC2** CRC: **EA03410**



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

11.1.11. cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

11.1.12. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.1.13. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021;

11.1.14. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

11.1.15. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

11.3. Quando não for possível a verificação da regularidade no CCF/AM, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.4. Apresentar medidas mitigadoras relacionadas a possíveis impactos ambientais, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável, nos termos do art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

11.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Documento assinado por: SILVIO ROMANO BENJAMIM JUNIOR:233***** em 11/12/2025 às 14:55 utilizando assinatura por login/senha.

Documento assinado por: HELENO DE LION COSTA DA ROCHA QUINTO:010***** em 11/12/2025 às 14:05 utilizando assinatura por login/senha.
Documento assinado por: ULISSES BEZERRA DA SILVA:043***** em 11/12/2025 às 13:41 utilizando assinatura por login/senha.
Documento assinado por: EMILY CRISTINA NASCIMENTO PERRONE:037***** em 11/12/2025 às 13:40 utilizando assinatura por login/senha.

<http://www.saude.am.gov.br/>
[facebook.com/saudeam](https://www.facebook.com/saudeam)
[instagram.com/saudeam](https://www.instagram.com/saudeam)

Fone: (92) 3643-6388
Avenida André Araújo, 701 - Aleixo,
Manaus – AM
CEP: 69060-000

Secretaria de
Saúde



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://edoc.amazonas.am.gov.br/9DD0.A743.05B8.6DC2/EA03410>
Código verificador: **9DD0.A743.05B8.6DC2** CRC: **EA03410**

11.6. O contratado deverá iniciar o atendimento às solicitações da Administração Pública no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a notificação formal, salvo justificativa técnica aceita pela Administração.

11.7. A conclusão dos reparos ou substituições deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, salvo justificativa técnica aceita pela Administração.

11.8. Os gastos de transporte e outros gastos derivados da devolução e/ou substituição dos produtos defeituosos ficarão a cargo do fornecedor.

11.9. A CONTRATADA deverá possuir assistência técnica local, homologada, sediada em Manaus, Amazonas.

12. DO SIGILO, CONFIDENCIALIDADE E COMPROMISSO

12.1. A Pretensa Contratada, no momento contratual, deverá apresentar o Termo de Sigilo, Confidencialidade e Compromisso devidamente assinado, juntamente com a equipe designada a prestação de serviços.

12.2. O serviço a ser executado deverá considerar o regramento disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais:

12.2.1. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estabelece regras e traz requisitos e obrigações para o tratamento de dados pessoais, o que diz respeito a qualquer atividade que utiliza um dado pessoal na execução da sua operação, como, por exemplo: coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, portabilidade, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

12.2.2. Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado;

12.2.3. Informações sobre as atividades da Contratante e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao contrato, doravante denominados informações, a que diretamente ou pelos seus empregados, a Contratada venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do Contrato celebrado entre as partes;

12.2.4. A Contratada se compromete a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do Contrato, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do Contrato.





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

12.2.5. A Contratada obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da Contratante, bem como evitar e prevenir a revelação à terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela Contratante.

12.2.6. A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações firmados durante o início da prestação contratual, por meio da assinatura do Termo de Compromisso, Sigilo e Confidencialidade Compromisso (Anexo I), devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades

13. DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

13.1. A proposta de preços da empresa vencedora que se enquadrar nos limites de valores estabelecidos no art. 1º, caput da Lei Estadual nº 4.730/2018 deverá possuir Programa de Integridade para contratar com a Administração Pública;

13.2. Caso a empresa possua o Programa, deverá apresentar, no momento da contratação, declaração informando sua existência, nos termos do Art. 9º da Lei Estadual nº 4.730/2018;

13.3. Caso a empresa não possua o Programa, a Contratada deverá proceder a implantação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da celebração do contrato, sob pena de multa e rescisão contratual, conforme art. 5º da Lei Estadual nº 4.730/2018;

13.4. Os custos da implantação do Programa de Integridade correrão por conta da Contratada, não cabendo ao Órgão Contratante o seu ressarcimento;

13.5. Caso a empresa Contratada, durante a vigência contratual, permaneça em mora com a exigência, ficará impossibilitada em contratar com o Estado do Amazonas até a regularização da situação, conforme o art. 7º da Lei Estadual nº 4.730/2018.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. São obrigações da Contratante:

14.1.1. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

14.1.2. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no termo de referência;

14.1.3. notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Documento assinado por: SILVIO ROMANO BENJAMIM JUNIOR:233***** em 11/12/2025 às 14:55 utilizando assinatura por login/senha.

Documento assinado por: HELENO DE LION COSTA DA ROCHA QUINTO:010***** em 11/12/2025 às 14:05 utilizando assinatura por login/senha.
Documento assinado por: ULISSES BEZERRA DA SILVA:043***** em 11/12/2025 às 13:41 utilizando assinatura por login/senha.
Documento assinado por: EMILY CRISTINA NASCIMENTO PERRONE:037***** em 11/12/2025 às 13:40 utilizando assinatura por login/senha.

<http://www.saude.am.gov.br/>
[facebook.com/saudeam](https://www.facebook.com/saudeam)
[instagram.com/saudeam](https://www.instagram.com/saudeam)

Fone: (92) 3643-6388
Avenida André Araújo, 701 - Aleixo,
Manaus – AM
CEP: 69060-000

Secretaria de
Saúde



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://edoc.amazonas.am.gov.br/9DD0.A743.05B8.6DC2/EA03410>
Código verificador: **9DD0.A743.05B8.6DC2** CRC: **EA03410**

14.1.4. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

14.1.5. comunicar à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.1.6. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Edital e seus anexos;

14.1.7. aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato, após processo administrativo sancionatório;

14.1.8. cientificar o órgão de representação judicial, Procuradoria Geral do Estado do Amazonas – PGE/AM, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

14.2. Procedimentos de Recebimento e Aceitação.

14.2.1. Inspeção de recebimento. Técnica designada para recebimento do equipamento. A equipe deverá realizar uma inspeção visual do equipamento entregue pelo fornecedor, para assegurar que:

14.2.1.1. O equipamento corresponde àquele especificado no edital.

14.2.1.2. O equipamento está completo, com todos acessórios e documentação técnica especificados no edital.

14.2.1.3. Não existem partes do equipamento e seus acessórios danificados.

14.2.1.4. O equipamento está compatível com os requisitos de pré-instalação aprovados pelo fornecedor.

14.2.2. Formalização do recebimento e instalação. A equipe técnica comunicará à unidade competente da instituição, o recebimento formal do equipamento, para a adoção das providências necessárias ao cumprimento das condições e prazos previstos no contrato firmado entre o fornecedor e a instituição.

14.2.3. Formalização da aceitação. A equipe técnica comunicará à unidade competente da instituição, o aceite final do equipamento, para adoção das providências necessárias ao cumprimento das condições e prazos previstos no contrato firmado entre o fornecedor e a instituição.





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

15. DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

15.1. A empresa contratada para o fornecimento dos itens, deverá adotar práticas de sustentabilidade para redução dos possíveis impactos ambientais causados em virtude da fabricação e distribuição dos equipamentos.

15.2. A empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, conforme previsto no artigo art. 18, §1º, XII da Lei 14.133/2021;

15.3. A CONTRATADA desenvolverá suas atividades respeitando as normas ambientais vigentes, cumprindo com as leis de preservação, prevenindo sempre a ocorrência de impactos ambientais, comprometendo-se a ressarcir bem como exonerar a CONTRATANTE de toda e qualquer responsabilidade e/ou custos decorrentes de danos ambientais;

15.4. A CONTRATADA deve seguir integralmente as diretrizes relativas ao reporte de todas as licenças ambientais exigidas, devendo estas estarem atualizadas, garantindo que seus registros estejam sempre em conformidade com requisitos legais, durante toda a vigência contratual;

15.5. A CONTRATADA obriga-se em garantir que as práticas ambientais realizadas ocorram de forma a eliminar ou reduzir quaisquer possíveis impactos ambientais negativos, otimizando o consumo de recursos naturais, incluindo energia e água, bem como adotar práticas para o descarte correto do lixo hospitalar, vez que estes trazem muitos prejuízos à saúde pública e ao meio ambiente;

15.6. A CONTRATADA compromete-se a orientar seus colaboradores quanto ao descarte de lixo produzidos em seus postos de trabalho, nos recipientes de coleta seletiva disponibilizados.

16. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1. Regras Gerais:

16.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e artigos 232 a 235 do Decreto 47.133, de 2023;

16.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

16.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

Documento assinado por: SILVIO ROMANO BENJAMIM JUNIOR:233***** em 11/12/2025 às 14:55 utilizando assinatura por login/senha.

Documento assinado por: HELENO DE LION COSTA DA ROCHA QUINTO:010***** em 11/12/2025 às 14:05 utilizando assinatura por login/senha.
Documento assinado por: ULISSES BEZERRA DA SILVA:043***** em 11/12/2025 às 13:41 utilizando assinatura por login/senha.
Documento assinado por: EMILY CRISTINA NASCIMENTO PERRONE:037***** em 11/12/2025 às 13:40 utilizando assinatura por login/senha.

<http://www.saude.am.gov.br/>
[facebook.com/saudeam](https://www.facebook.com/saudeam)
[instagram.com/saudeam](https://www.instagram.com/saudeam)

Fone: (92) 3643-6388
Avenida André Araújo, 701 - Aleixo,
Manaus – AM
CEP: 69060-000

Secretaria de
Saúde



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://edoc.amazonas.am.gov.br/9DD0.A743.05B8.6DC2/EA03410>
Código verificador: **9DD0.A743.05B8.6DC2** CRC: **EA03410**



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

16.1.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

16.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

16.1.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. Da Liquidação:

17.1.1. A Liquidação será efetuada no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data da entrega definitiva do objeto e respectivo aceite do Contratante;

17.1.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.1.2.1. O vencimento;

17.1.2.2. A data da emissão

17.1.2.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

17.1.2.4. O período respectivo de execução do objeto;

17.1.2.5. O valor a pagar; e

17.1.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

17.1.4. A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado na forma da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Estadual nº 45.097, de 04 de janeiro de 2022 e suas alterações e Decreto Estadual nº 47.133, de 10 de março de 2023 e conforme regras estabelecidas no Termo de Contrato.

18.2. Plano de Aplicação

18.2.1. Quando se verificar frustração de receita, insuficiência de recurso ou outro(s) fato(s) superveniente(s) que implique(m) a necessidade de efetuar ajuste orçamentário no curso da execução contratual, a CONTRATANTE poderá alterar a fonte de recursos originalmente eleita para fazer frente à avença ora projetada, de forma integral ou subsidiária, desde que restem devidamente demonstradas e fundamentadas a necessidade da referida alteração, a correspondência entre os fins da mesma a o atendimento ao interesse público e ao equilíbrio econômico e financeiro, bem como, por fim, a ausência de prejuízo injustificável ou injustificado a outro(s) compromisso(s) assumido(s) pela Administração Pública do Estado do Amazonas.

18.2.2. Cronograma de Desembolso

Programa/Projeto/ Atividade	Fonte	Elemento de despesa	Especificação
10.302.3311.2164.0011	1500100000000000	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

18.2.3. O pagamento das parcelas será realizado de forma mensal.

19. DO REAJUSTE DE PREÇO

19.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/07/2025.

19.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.1.3. O índice padrão, de que trata o caput deste artigo, utilizado para reposição das perdas inflacionárias, será o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Documento assinado por: SILVIO ROMANO BENJAMIM JUNIOR:233***** em 11/12/2025 às 14:55 utilizando assinatura por login/senha.

Documento assinado por: HELENO DE LION COSTA DA ROCHA QUINTO:010***** em 11/12/2025 às 14:05 utilizando assinatura por login/senha.
Documento assinado por: ULISSES BEZERRA DA SILVA:043***** em 11/12/2025 às 13:41 utilizando assinatura por login/senha.
Documento assinado por: EMILY CRISTINA NASCIMENTO PERRONE:037***** em 11/12/2025 às 13:40 utilizando assinatura por login/senha.

<http://www.saude.am.gov.br/>
[facebook.com/saudeam](https://www.facebook.com/saudeam)
[instagram.com/saudeam](https://www.instagram.com/saudeam)

Fone: (92) 3643-6388
Avenida André Araújo, 701 - Aleixo,
Manaus – AM
CEP: 69060-000

Secretaria de
Saúde



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://edoc.amazonas.am.gov.br/9DD0.A743.05B8.6DC2/EA03410>
Código verificador: **9DD0.A743.05B8.6DC2** CRC: **EA03410**

19.1.4. Enquanto não divulgados os índices correspondentes ao mês do adimplemento de cada etapa, o reajuste será calculado de acordo com o último índice conhecido, cabendo, quando publicados os índices definitivos, a correção dos cálculos.

19.1.5. Demonstrada a vantagem econômica, nos contratos em execução, outro índice poderá ser utilizado em substituição ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde que haja a concordância do contratado.

19.1.6. Se a natureza do objeto a ser contratado se mostrar incompatível com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), deve ser feita a substituição por outro índice econômico setorial no edital e no contrato.

20. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

20.1. As impugnações apresentadas ao presente Termo de Referência ou ao Edital de licitação somente serão admitidas quando devidamente fundamentadas e relacionadas diretamente ao objeto da licitação, aos critérios de julgamento, às condições de participação, ou às disposições legais e regulamentares aplicáveis.

20.2. Qualquer pessoa poderá nos termos da lei antes da data de abertura do certame por meio de arquivo único, impugnar os termos do edital ou solicitar esclarecimentos sobre os seus termos.

20.3. Os pedidos de esclarecimento e impugnação aos termos do edital devem ser encaminhados de forma tempestiva e exclusivamente pelo Sistema e-compras.am <http://www.e-compras.am.gov.br>.

20.4. Será desconsiderado os pedidos de esclarecimento e impugnação aos termos do edital, intempestivos, impertinentes, meramente protelatórios, de nenhum interesse para esclarecimento dos fatos ou questionamento que antecipe o julgamento da licitação.

20.5. Serão respondidos os pedidos de esclarecimentos ou impugnações, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, por meio de Ofício circular que integrará o edital da licitação e será divulgado no endereço eletrônico <http://www.ecompras.am.gov.br> (no botão "Documentos, Anexos e Ofícios-Circulares do Edital).

20.6. Caberá ao órgão decidir pela suspensão ou não da abertura da sessão pública do procedimento licitatório, em razão de pedidos de esclarecimentos ou impugnações não respondidas pelo órgão executor que possam alterar substancialmente a característica do objeto licitado ou as exigências de qualificação.

20.7. Serão consideradas impertinentes e sumariamente rejeitadas, sem análise de mérito, impugnações ou pedidos de esclarecimentos que:



20.7.1. sejam manifestamente infundadas, desconexas com as disposições do edital ou alheias à legislação aplicável;

20.7.2. apresentem mera discordância subjetiva com critérios ou valores estimados/referência previamente estabelecidos;

20.7.3. tenham por único objetivo retardar ou tumultuar o regular andamento do processo licitatório, mediante argumentos infundados ou repetitivos;

20.7.4. não sejam protocoladas no prazo estipulado neste edital;

20.7.5. conteste o valor de referência definido no Termo de Referência ou no Edital;

20.7.6. baseie-se em mera discordância subjetiva com o montante ou quantitativos estipulados, sem fundamento jurídico ou técnico válido;

20.7.7. busque alterar os valores estimados com base em interesses particulares das licitantes;

20.7.8. façam comparações irrelevantes com cenários de outras contratações ou regiões que não guardem relação com o contexto específico da licitação;

20.7.9. objetivem a revisão de políticas administrativas ou de planejamento financeiro da administração pública;

20.7.10. apresentem críticas genéricas ou reclamações não relacionadas ao edital, ao objeto ou às condições da licitação;

20.7.11. repliquem pontos já esclarecidos no Termo de Referência, Edital ou por meio de respostas anteriormente publicadas pela Administração.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:

21.1.1. Advertência, caso o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

21.1.2. Multa, nas seguintes hipóteses:

21.1.2.1. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de recusa do fornecedor em assinar o contrato;





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

21.1.2.2. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor homologado não realizado, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.1.2.3. multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor homologado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.1.2.4. multas moratórias de 1% (um por cento) do valor homologado por dia, até o trigésimo dia de atraso, se o objeto não for entregue na data prevista, sem justificativas aceitas pelo Estado;

21.1.2.5. multa de 5% (cinco por cento) quando o licitante convocado no âmbito do procedimento licitatório deixar de entregar documentação/proposta ou amostra/ficha técnica ou deixar de realizar vistoria técnica ou não mantiver a proposta de preço, calculado sobre o valor ofertado para a licitação;

21.1.2.6. multa de 20% (vinte por cento) quando o licitante no âmbito do procedimento licitatório apresentar documentação falsa ou com conteúdo inverídico, prestar declaração falsa, fraudar a licitação, comportar-se de modo inidôneo, praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, calculado sobre o valor estimado para a contratação.

21.1.3. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave prevista no subitem 20.1.4. deste Termo de Referência, observadas as seguintes situações:

21.1.3.1. pelo prazo de até 6 (seis) meses quando o proponente/contratado deixar de entregar documentação/proposta ou amostra/ficha técnica ou deixar de realizar vistoria técnica para o certame;

21.1.3.2. pelo prazo de até 12 (doze) meses quando:

21.1.3.2.1. não mantiver a proposta para o certame, quando encerrada a etapa competitiva, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.3.2.2. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

21.1.3.3. pelo prazo de 12 (doze) a 36 (trinta e seis) meses quando:

21.1.3.3.1. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



21.1.3.3.2. der causa à inexecução total do contrato;

21.1.3.3.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, ao licitante ou contratado que:

21.1.4.1. apresentar declaração ou documentação falsa ou com informações inverídicas destinada a prejudicar a veracidade de seu teor original exigida para o certame ou a execução do contrato;

21.1.4.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.1.4.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.4.3.1. Considera-se comportamento inidôneo: a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, ou a indução deliberada a erro de julgamento.

21.1.4.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.4.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.1.5. As sanções previstas nos subitens 21.1.1, 21.1.3 e 21.1.4 poderão ser aplicadas cumulativamente ou não à penalidade do subitem 21.1.2 deste Termo de Referência.

21.1.6. Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

21.1.7. A aplicação das sanções administrativas previstas nos subitens 21.1.2, 21.1.3 e 21.1.4 deste Termo de Referência realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se os procedimentos previstos na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e no Decreto Estadual n.º 47.133, de 10 de março de 2023.

21.1.7.1. As infrações administrativas cometidas no curso do certame licitatório serão aplicadas pelo Presidente do Centro de Serviços Compartilhados em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

21.1.7.1.1. As notificações, inclusive de abertura, no curso do processo administrativo serão efetuadas por meio do endereço eletrônico registrado no CCF/AM ou pelo próprio sistema CCF/AM, sendo dever do licitante manter atualizado o seu cadastro, não podendo alegar o desconhecimento das comunicações como justificativa para se eximir das responsabilidades administrativas ou eventuais sanções aplicadas.

21.2. As infrações administrativas praticadas após a adjudicação do certame ou no âmbito contratual serão aplicadas pela Autoridade Competente do órgão CONTRATANTE que comunicará ao Centro de Serviço Compartilhado, em até 05 (cinco) dias, a ocorrência da publicação da penalidade, nos termos do Decreto Estadual n.º 47.133, de 10 de março de 2023”.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1. Da Participação em Consórcio:

22.1.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente.

22.2. Da Subcontratação:

22.2.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

22.3. Do parcelamento do objeto:

22.4. O objeto da contratação será adjudicado em itens.

22.4.1. O objeto da contratação será adjudicado em itens.

22.4.1.1. Tal medida otimiza a gestão e fiscalização de cada etapa, mitiga riscos de concentração em um único fornecedor e permite a seleção das propostas mais vantajosas para cada item específico, garantindo a economicidade e a eficiência da contratação, em observância aos princípios da administração pública.

23. ANUÊNCIA DA EQUIPE:

**SOLICITAÇÃO E APROVAÇÃO TÉCNICA
DO TERMO DE REFERÊNCIA:**

**APROVAÇÃO ADMINISTRATIVA DO
TERMO DE REFERÊNCIA**





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

.....
HELENO DE LION COSTA DA ROCHA QUINTO
Secretário Executivo Adjunto de Gestão Administrativa/SES-AM

AUTORIZAÇÃO DA DESPESA:

.....
SILVIO ROMANO BENJAMIM JUNIOR
Secretário Executivo/Ordenador de Despesa/SES-AM

Documento 9DD0.A743.05B8.6DC2 assinado por: SILVIO ROMANO BENJAMIM JUNIOR:233***** em 11/12/2025 às 14:55 utilizando assinatura por login/senha.

<http://www.saude.am.gov.br/>
facebook.com/saudeam
instagram.com/saudeam

Fone: (92) 3643-6388
Avenida André Araújo, 701 - Aleixo,
Manaus – AM
CEP: 69060-000

 Secretaria de
Saúde



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://edoc.amazonas.am.gov.br/9DD0.A743.05B8.6DC2/EA03410>
Código verificador: **9DD0.A743.05B8.6DC2** CRC: **EA03410**

Documento 9DD0.A743.05B8.6DC2 assinado por: HELENO DE LION COSTA DA ROCHA QUINTO:010***** em 11/12/2025 às 14:05 utilizando assinatura por login/senha.
Documento 9DD0.A743.05B8.6DC2 assinado por: ULISSES BEZERRA DA SILVA:043***** em 11/12/2025 às 13:41 utilizando assinatura por login/senha.
Documento 9DD0.A743.05B8.6DC2 assinado por: EMILY CRISTINA NASCIMENTO PERRONE:037***** em 11/12/2025 às 13:40 utilizando assinatura por login/senha.



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

ANEXO I

MODELO DE TERMO DE SIGILO, CONFIDENCIALIDADE E COMPROMISSO

TERMO DE SIGILO, CONFIDENCIALIDADE E COMPROMISSO

A SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO AMAZONAS, sediada na AVENIDA ANDRÉ ARAÚJO, N°701 ALEIXO, MANAUS/AM, doravante denominado **CONTRATANTE**, CNPJ sob o n° 00.697.295/0001-05 e, de outro lado, a NOME DA EMPRESA, sediada em ENDEREÇO DA EMPRESA, CNPJ sob o n° CNPJ DA EMPRESA, doravante denominada **CONTRATADA**;
Considerando que, em razão do Contrato n° **XX/20XX**, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas da CONTRATANTE;
Considerando a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir regras para o seu uso e proteção;
Considerando o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;
Resolvem celebrar o presente Termo de Sigilo, Confidencialidade e Compromisso, doravante TERMO, vinculado ao Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Termo o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do referido Contrato celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei n° 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste Termo, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

Informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

Contrato: contrato celebrado entre as partes, ao qual este Termo se vincula.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O Termo abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE, e/ou quaisquer



informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao Contrato, doravante denominados informações, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do Contrato celebrado entre as partes;

CLÁUSULA QUARTA - DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste Termo não serão aplicadas às informações que:

1. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
2. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente Termo;
3. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida da Administração, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do Contrato, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do Contrato.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do Contrato sobre a existência deste Termo bem como da natureza sigilosa das informações.

I. A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente Termo e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação à terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste Termo.

I. Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, prepostos, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por



quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do Contrato.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no Parágrafo Primeiro, também se obriga a:

I. Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

1. Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das informações por seus agentes, representantes ou por terceiros;

2. Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

3. Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do Contrato firmado entre as partes. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis e critérios estabelecidos, no Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Este Termo de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do Contrato.

Parágrafo Primeiro - Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Parágrafo Segundo - O disposto no presente Termo prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

24. A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

25. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao Contrato.

I. A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

II. Todas as condições, Termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

III. O presente Termo somente poderá ser alterado mediante Termo aditivo firmado pelas partes;

IV. Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste Termo, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

V. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este Termo, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de Termo aditivo ao Contrato;

VI. Este Termo não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar informações para a outra parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro de Manaus - AM, onde está localizada a sede da Contratante, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente Termo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE é assinado pelas partes em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito.

DE ACORDO:

Contratante	Contratada
-------------	------------

Documento 9DD0.A743.05B8.6DC2 assinado por: SILVIO ROMANO BENJAMIM JUNIOR:233***** em 11/12/2025 às 14:55 utilizando assinatura por login/senha.

Documento 9DD0.A743.05B8.6DC2 assinado por: HELENO DE LION COSTA DA ROCHA QUINTO:010***** em 11/12/2025 às 14:05 utilizando assinatura por login/senha.
Documento 9DD0.A743.05B8.6DC2 assinado por: ULISSES BEZERRA DA SILVA:043***** em 11/12/2025 às 13:41 utilizando assinatura por login/senha.
Documento 9DD0.A743.05B8.6DC2 assinado por: EMILY CRISTINA NASCIMENTO PERRONE:037***** em 11/12/2025 às 13:40 utilizando assinatura por login/senha.

<http://www.saude.am.gov.br/>
[facebook.com/saudeam](https://www.facebook.com/saudeam)
[instagram.com/saudeam](https://www.instagram.com/saudeam)

Fone: (92) 3643-6388
Avenida André Araújo, 701 - Aleixo,
Manaus - AM
CEP: 69060-000

Secretaria de
Saúde



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://edoc.amazonas.am.gov.br/9DD0.A743.05B8.6DC2/EA03410>
Código verificador: **9DD0.A743.05B8.6DC2** CRC: **EA03410**



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

(assinatura) Matrícula:	(assinatura) Empresa
Testemunhas	
Testemunha 1 (assinatura)	Testemunha 2 (assinatura)

Documento 9DD0.A743.05B8.6DC2 assinado por: SILVIO ROMANO BENJAMIM JUNIOR:233***** em 11/12/2025 às 14:55 utilizando assinatura por login/senha.

<http://www.saude.am.gov.br/>
facebook.com/saudeam
instagram.com/saudeam

Fone: (92) 3643-6388
Avenida André Araújo, 701 - Aleixo,
Manaus – AM
CEP: 69060-000

Secretaria de
Saúde



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://edoc.amazonas.am.gov.br/9DD0.A743.05B8.6DC2/EA03410>
Código verificador: **9DD0.A743.05B8.6DC2** CRC: **EA03410**

Documento 9DD0.A743.05B8.6DC2 assinado por: HELENO DE LION COSTA DA ROCHA QUINTO:010***** em 11/12/2025 às 14:05 utilizando assinatura por login/senha.
Documento 9DD0.A743.05B8.6DC2 assinado por: ULISSES BEZERRA DA SILVA:043***** em 11/12/2025 às 13:41 utilizando assinatura por login/senha.
Documento 9DD0.A743.05B8.6DC2 assinado por: EMILY CRISTINA NASCIMENTO PERRONE:037***** em 11/12/2025 às 13:40 utilizando assinatura por login/senha.